

NÚMERO 7

# CMI RELATÓRIO

ABRIL 2018



## AUTORES

Inge Tvedten  
Gilson Lázaro  
Eyolf Jul-Larsen  
Mateus Agostinho

## COLLABORATORS

Nelson Pestana  
Iselin Åsedotter Strønen  
Cláudio Fortuna  
Margareht NangaCovie

# A pobreza urbana em Luanda, Angola

**CMI** CHR.  
MICHELSEN  
INSTITUTE

**A pobreza urbana em Luanda, Angola**  
CMI Relatório, número 7, Abril 2018

**Autores**

Inge Tvedten  
Gilson Lázaro  
Eyolf Jul-Larsen  
Mateus Agostinho

**Colaboradores**

Nelson Pestana  
Iselin Åsedotter Strønen  
Cláudio Fumo  
Margareht NangaCovie

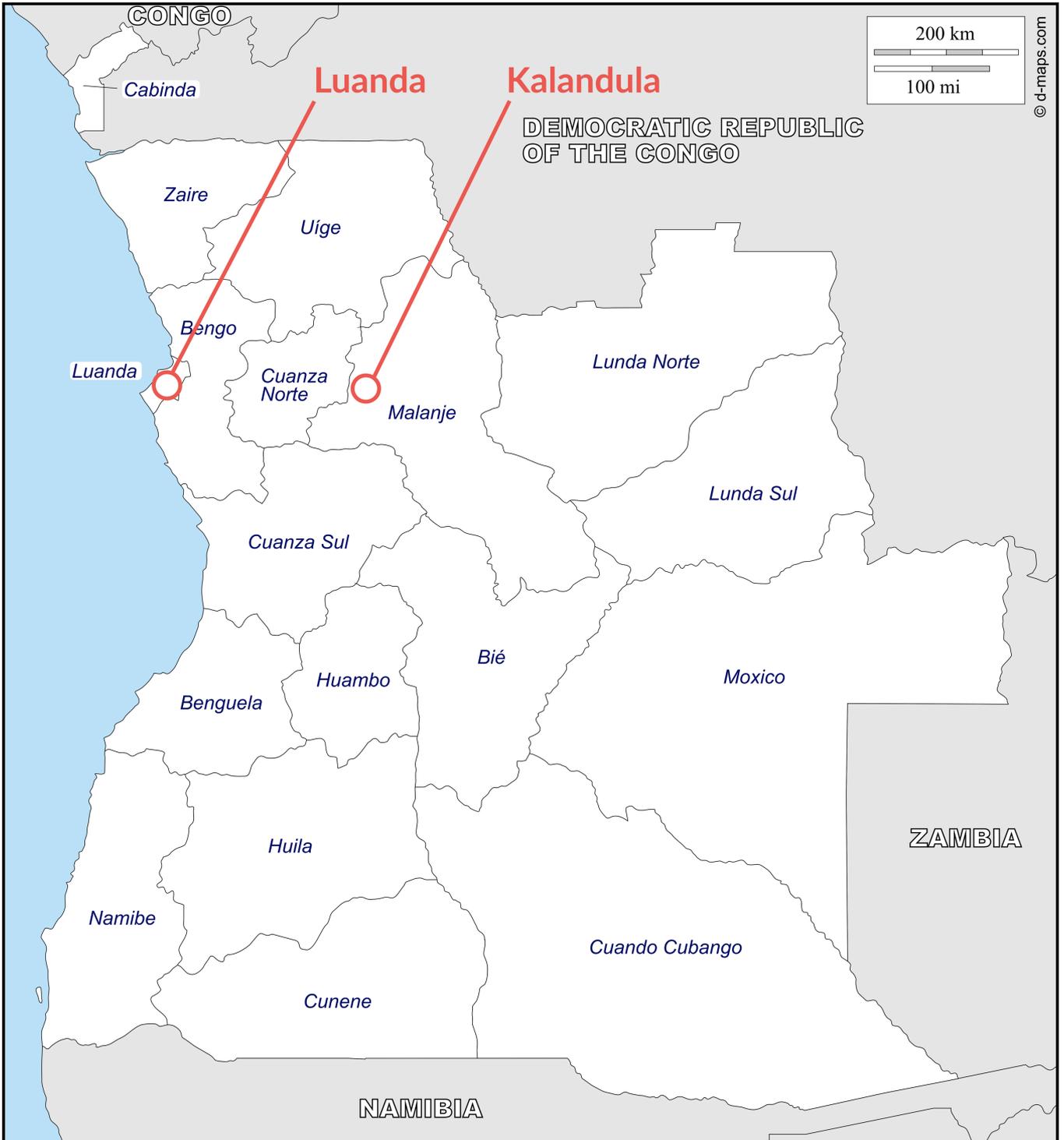
ISSN 0805-505X (print)  
ISSN 1890-503X (PDF)  
ISBN 978-82-8062-699-8 (print)  
ISBN 978-82-8062-700-1 (PDF)

**Foto da capa**

Gilson Lázaro

## Índice

<b>1</b>	<b>Introdução</b> .....	<b>4</b>
1.1	A pobreza em Angola.....	4
1.2	Abordagem analítica .....	6
1.3	Metodologias.....	7
1.4	Os locais do projecto .....	9
<b>2</b>	<b>Contexto estrutural</b> .....	<b>11</b>
2.1	A economia política de Angola .....	11
2.2	A Cidade de Luanda .....	12
2.3	Municípios em estudo .....	15
2.4	Emprego .....	16
2.5	Serviços públicos .....	18
<b>3</b>	<b>As comunidades</b> .....	<b>21</b>
3.1	História resumida .....	25
3.2	Cenário institucional .....	28
<b>4</b>	<b>Relações sociais da pobreza</b> .....	<b>31</b>
4.1	Percepções de pobreza e bem-estar .....	32
4.2	O agregado familiar.....	33
4.3	Emprego, rendimento e bens.....	39
4.4	Serviços Públicos/Sociais.....	51
4.5	Relações na comunidade.....	60
<b>5</b>	<b>Dinâmica da pobreza urbana</b> .....	<b>65</b>
5.1	Principais argumentos .....	65
5.2	Expectativas futuras.....	65
	<b>Lista de literatura</b> .....	<b>67</b>



Mapa 1: Angola com os locais do projecto

## 1 Introdução

Este relatório é parte do programa de investigação “Cooperação em Investigação e Desenvolvimento em Angola” entre o Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Luanda, Angola e o Chr. Michelsen Institute (CMI) em Bergen, Noruega, financiado pela Embaixada Norueguesa. O objectivo do programa é aumentar a qualidade, quantidade e disponibilidade do conhecimento relevante baseado em investigação sobre Angola. O programa contém vários subprojectos de ciência política, economia e ciências sociais<sup>1</sup>. Este relatório sobre a pobreza urbana em Luanda insere-se no projecto de ciências sociais “Dinâmica da Pobreza Urbana e Rural”. Foi publicado um relatório similar sobre a pobreza rural na província de Malanje (Tvedten, Lázaro et al. 2017).

Realizar investigação em ciências sociais sobre pobreza e desigualdade em Angola é um desafio. Há falta de dados estatísticos desagregados que mostrem a distribuição da pobreza no espaço e no tempo<sup>2</sup> e há obstáculos práticos ao nível local que vão desde a falta de experiência de pesquisa e de estudos desta natureza até aos problemas logísticos da implementação e recolha de dados. Este projecto teve como base a combinação dos limitados dados quantitativos agregados existentes e a recolha de dados primários quantitativos e qualitativos em locais urbanos e rurais cuidadosamente selecionados tendo como foco central abordagem de “Constatação da Realidade”.<sup>3</sup>

### 1.1 A pobreza em Angola

A informação agregada existente indica que, apesar da sua riqueza petrolífera e elevado PIB *per capita*, a pobreza em Angola é grave. A taxa oficial de pobreza é de 36,6%, sendo de 18,7% nas áreas urbanas e 58,3% nas áreas rurais (INE 2013; ver também Vidal e de Andrade 2011).<sup>4</sup> Entretanto, estudiosos e comentadores argumentam que os números são demasiado baixos<sup>5</sup> e escondem variações consideráveis entre e dentro das diferentes províncias e formações sociais urbanas e rurais.

---

<sup>1</sup> Economia: i) A distribuição do rendimento e riqueza entre os agregados familiares e regiões; ii) Diversificação da economia angolana. Ciências Sociais: i) Pobreza e diferenciação social; ii) Relações de género e direitos humanos. Ciência Política: O papel do município nos serviços públicos, participação e redução da pobreza.

<sup>2</sup> Os conjuntos de dados mais relevantes são i) Inquérito aos Agregados Familiares sobre Despesas e Receitas (IDR), realizado em sete províncias (INE 2003) e ii) o Inquérito Integrado ao Bem-Estar da População (IBEP) realizado em 18 províncias (INE 2010). O Censo de 2014 (INE 2016) contém dados relevantes para a pobreza multidimensional (incluindo educação, saúde e bens materiais), mas não a mede como parte do conceito multidimensional.

<sup>3</sup> Uma abordagem de “Constatação da Realidade” inclui uma série de estudos sob o mesmo nome que partilham a visão de que não há apenas uma mas sim diversas “realidades” e que é importante captar aspectos da pobreza tanto através de estatísticas/estudos estatísticos como da percepção “a partir de baixo” das pessoas que vivem em aldeias rurais e bairros degradados urbanos (ver e.g. Tvedten et al. 2016).

<sup>4</sup> A Linha de Pobreza Nacional está fixada em 4.793 kwanzas por mês que correspondem a cerca de USD 2,00 por membro do agregado familiar por dia.

<sup>5</sup> A contagem oficial de pobreza baixou de 62% em 2001 (INE 2003) para 37% em 2009 (INE 2010), mas ambas se baseiam em metodologias de estudo inadequadas e em incertezas quanto ao processamento dos dados.

A representação mais comum da pobreza multidimensional, a taxa de mortalidade infantil/dos zero aos cinco anos, continua excepcionalmente alta, nos 17% – sendo de 15% nas áreas urbanas (UNICEF 2015). No Índice de Desenvolvimento Humano mais recente, e apesar do elevado PIB *per capita*, Angola está classificada na 150<sup>a</sup> posição entre 188 países, o que implica pontuações excepcionalmente fracas em termos de indicadores de educação e saúde (PNUD 2016).

Os dados oficiais Angolanos mostram que 30% da população é analfabeta e a média de anos de escolaridade de um adulto é de 4,4 anos; a esperança de vida à nascença é de 51,1 anos; a taxa de mortalidade infantil é de 167/1.000; 42% da população vive sem acesso a água potável e 60% não dispõe de instalações sanitárias (INE 2016, INE 2013). Ao mesmo tempo a desigualdade é elevada em Angola, sendo o coeficiente de Gini 0,43 (RdA 2015).

Em termos de género, e de acordo com o Índice de Desenvolvimento do Género do PNUD, Angola situa-se na 150<sup>a</sup> posição entre 188 países avaliando o rendimento, longevidade e nível de instrução (PNUD 2016). De acordo com o Índice de Disparidade de Género do Fórum Económico Mundial (WEF), o país encontra-se na 126<sup>a</sup> posição entre 145 países, medindo a participação económica, nível de instrução, saúde e participação política (WEF 2016).<sup>6</sup>

A Tabela 1 abaixo evidencia os dados disponíveis sobre as diferenças na pobreza e bem-estar entre as áreas urbanas e rurais em Angola – testemunhando diferenças consideráveis entre os dois tipos de formações sociais. No entanto, uma das ideias centrais deste estudo é que a pobreza é consideravelmente mais grave do que indicam os números, tomando em consideração uma definição de pobreza multidimensional.

---

<sup>6</sup> Há incertezas consideráveis relativamente à proporção real de agregados familiares chefiados por mulheres em Angola. O Censo de 2014 estabelece a taxa de 38% (INE 2016), o Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População aponta para 19% (INE 2013) e o UNICEF para 29% (UNICEF 2015).

TABELA 1: Condições de vida na Angola urbana e rural

Item	Urbana	Rural
Incidência da pobreza (%)	19%	58%
População total	16.153.987	9.635.037
Tamanho médio do agregado familiar	4.8	4.4
Proporção de Agregados Familiares Chefiados por Mulheres (%)	23.6*%	14.6*%
Desemprego (15-64 anos) (%)	30.8%	14.3%
Taxa de alfabetização (15 ou mais anos) (%)	79.4%	41.1%
Taxa de mortalidade infantil (%)	15%	23%
Registo civil (%)	68%	30%
Posse de telemóvel (5 anos ou mais) (%)	46.8%	21.2%

Fontes: INE 2013; UNICEF 2015; INE 2016. \* As estimativas variam consideravelmente, usando o Diagnóstico de Género de Angola (UE 2015) uma proporção de facto de agregados familiares chefiados por mulheres de 51,8% (51,4 nas áreas urbanas e 52,2 nas áreas rurais).

Angola tem uma taxa de urbanização (63%) muito elevada, quando comparada com outros países da África Subsaariana – e dos 25,8 milhões de população total, 6,9 milhões (27%) vivem na cidade capital Luanda (INE 2016). A taxa oficial de pobreza baseada no consumo de Luanda está nos 11,5%, sendo consideravelmente mais baixa do que a média urbana nacional de 19% (INE 2013, Tvedten, Lázaro et al. 2016).

Tanto a pobreza urbana como a rural são actualmente afectadas pela profunda crise económica em Angola, decorrente da acentuada queda do preço do petróleo e da fraca governação, que produziu efeitos imediatos em termos de preços e acesso a produtos básicos (de Oliveira 2015; Banco Mundial 2016; UCAN 2016; Inglês 2016).

Isto afectou também as relações entre as áreas urbanas e rurais. Depois de um longo período de migração unilateral das áreas rurais para Luanda em particular, devido à guerra e a melhores oportunidades, há indicações de que a situação está em processo de mudança, com a actual crise económica a atingir de várias formas e mais fortemente as áreas urbanas do que as zonas rurais e agrícolas (INE 2016).

## 1.2 Abordagem analítica

Uma premissa chave do actual projecto de investigação é que a pobreza é multidimensional. Deve ser entendida em parte como condições de privação mensuráveis e tangíveis na tradição do positivismo empírico e em parte como categorias *emic* através das quais as pessoas pensam os seus mundos e agem perante eles na tradição do subjectivismo sócio-cultural (Green 2006; Addison et al. 2009; Schaffer 2013).

Isto significa que, para compreender a dinâmica da pobreza e os principais constrangimentos e oportunidades de mobilidade social ascendente e alívio da pobreza, devemos medir os aspectos principais de ser pobre em termos quantitativos, bem como compreender as percepções e experiências das próprias pessoas sobre o que significa ser pobre em Angola.

Em termos práticos, a pobreza multidimensional envolve a falta de emprego e de rendimento para atender às necessidades básicas (aliviada através de uma combinação de crescentes *oportunidades* e aumento da *capacidade* de capitalizar as oportunidades disponíveis); um sentimento de não ter voz nem poder em relação às instituições da sociedade e ao estado (aliviado através de um aumento de *empoderamento*); e vulnerabilidade a choques adversos, ligada à capacidade de lidar com eles através de relações sociais e instituições legais (aliviada através de uma crescente *segurança*).

A fim de entender esta noção de pobreza, a análise será enquadrada numa abordagem geral de “teoria prática” – separando as estruturas políticas, económicas e sócio-culturais que afectam a vida das pessoas e a sua própria agência (Bourdieu 1990; Ortner 2006; Moore e Sanders 2014). As espécies de actividades que as pessoas desenvolvem são governadas pelas suas posições individuais dentro destas estruturas, como determinado pela pobreza/bem-estar, relações sociais desiguais e discursos culturais dominantes, incluindo os baseados na classe e no género.

### 1.3 Metodologias

Metodologicamente, os estudos foram realizados usando uma combinação de dados quantitativos e qualitativos (Mikkelsen 2005; Tvedten 2012; Hesse-Biber 2015). Os primeiros combinam os dados do governo existentes sobre pobreza e estratificação social aos níveis nacional, provincial e municipal; dados de estudos individuais realizados por doadores ou instituições de investigação (aplicada); bem como um Estudo de Base especialmente desenhado, realizado em comunidades seleccionadas, como parte do actual projecto.

O Estudo de Base de Luanda em 2016 (doravante designado por LBS16) prestou cuidadosa atenção a ser tão “representativo” quanto possível da comunidade em geral, mas não pode, em qualquer sentido estatístico estrito, pretender ser representativo de mais do que os bairros onde foi realizado. O estudo foi implementado em quatro comunidades seleccionadas com base na localização geográfica e nas características gerais de pobreza e bem-estar (ver abaixo), num total de 480 entrevistas, 120 em cada bairro. Os agregados familiares foram seleccionados através de amostragem aleatória sistemática.

O estudo procura combinar i) *dados sócio-económicos quantitativos* clássicos sobre a composição dos agregados familiares, rendimento e despesa, bens, níveis de educação, saúde e acesso a serviços públicos; ii) questões relacionadas com as *percepções* das pessoas sobre as condições no agregado familiar e na sua comunidade, com implicações na sua posição de pessoas pobres ou em melhor situação e iii) as *relações sociais* (com a família alargada, amigos, líderes

da comunidade e instituições públicas) em que estão envolvidas e que têm implicações na sua posição de pessoas pobres ou em melhor situação.

As metodologias qualitativas usadas foram i) entrevistas qualitativas com partes interessadas no governo local, sociedade civil, instituições tradicionais; ii) observação sistemática nas comunidades visitadas; iii) entrevistas com agregados familiares individuais; e iv) um conjunto de metodologias qualitativas participativas aplicadas em Grupos Focais de aproximadamente dez pessoas. Estas metodologias incluem:

*Histogramas:* Para indagar a história de cada local em estudo, com ênfase em eventos e processos que foram particularmente importantes para as actuais condições sócio-económicas de bem-estar e pobreza. O grupo decide ele próprio em que ponto da história começará.

*Mapeamento Comunitário:* Para mapear os lugares físicos (construções, estradas, elementos naturais, etc.), bem como as instituições e membros individuais da comunidade considerados mais importantes para a vida da comunidade – e porquê. É solicitado ao grupo que defina ele próprio as fronteiras espaciais do que considera a “sua comunidade”.

*Matriz do trabalho diferenciado por género:* Para compreender a divisão de trabalho entre homens e mulheres na comunidade/nos agregados familiares. Cada grupo especificará as actividades diárias em que está envolvido em casa e no seu local de trabalho, incluindo o tempo gasto e o nível de receita.

*Matriz dos problemas da comunidade:* Para identificar e classificar os problemas mais importantes que afectam toda a comunidade ou grandes grupos de pessoas da comunidade. O grupo identificará primeiro os maiores problemas, classificando-os depois com base no número de pessoas que o problema afecta e na gravidade do problema.

*Classificação da Riqueza.* O objectivo é captar as percepções da própria comunidade sobre os diferentes níveis e tipos de pobreza e bem-estar. Ao grupo é pedido que i) defina o que ser “pobre” e ser “rico” significa para ele, ii) identifique as condições mais importantes que separam os pobres dos menos pobres, iii) liste os nomes locais para diferentes categorias de pobreza e bem-estar, e iv) identifique os agregados familiares que pertencem a cada categoria para posteriores entrevistas.

Os métodos quantitativos e qualitativos descritos são ferramentas úteis para obter a informação necessária para uma análise da dinâmica da pobreza em Luanda. No entanto, também têm as suas limitações. Os estudos operam com temas e categorias predeterminados (*etic*) que não coincidem necessariamente com as percepções das próprias pessoas (*emic*) sobre o que é importante nas suas vidas. Além disso, as circunstâncias das entrevistas em locais como Luanda constituem um desafio, com as pessoas a movimentarem-se constantemente entre a sua

habitação e o local de trabalho, e sentindo-se incertas/receosas acerca de como a informação vai ser usada.<sup>7</sup>

A observação sistemática e as entrevistas em grupo ou individuais também têm os seus desafios. Os grupos tendem a ser dominados pelos detentores do poder/influenciadores, e as mulheres em particular são muitas vezes relutantes em responder a perguntas sobre o seu agregado familiar sem que o marido esteja presente. Procurou-se compensar esta situação separando os grupos por sexo e seleccionando mais agregados familiares/indivíduos marginais para entrevistas separadas em ambientes onde se sentissem confortáveis/confiantes.

Embora tudo isto tenha influenciado a qualidade/fiabilidade dos dados quantitativos e qualitativos, acreditamos que seja minimizado exactamente pela combinação/triangulação dos dois tipos de abordagens. Para investigar mais a ligação entre a informação quantitativa e qualitativa, os nove inquiridores que realizaram o estudo foram sistematicamente entrevistados a fim de registar i) as suas impressões gerais sobre a pobreza e bem-estar e ii) os agregados familiares que lhes deixaram uma impressão especial por enfrentarem situações excepcionalmente bem, por serem excepcionalmente pobres ou por outras razões.<sup>8</sup>

#### 1.4 Os locais do projecto

A escolha dos municípios/bairros para o estudo baseou-se numa combinação de localização geográfica (centro da cidade, áreas peri-urbanas), história do aglomerado (mais antigo e mais recente) e características sócio-económicas (diferentes graus de formalidade/ informalidade, informação geral sobre níveis de pobreza/riqueza). Os bairros seleccionados foram (ver o Mapa):

TABELA 2: Bairros do estudo

Município	Bairro	População Estimada*
Belas	Wenji Maka II	22.000
Cacuaco	Paraíso	120.000
Cazenga	Kalawenda	84.300
Luanda/Maianga	Catambor	91.500

\*Os números baseiam-se numa combinação do censo mais recente (em 2014) e dos registos mantidos pelas (Comissão de Moradores).

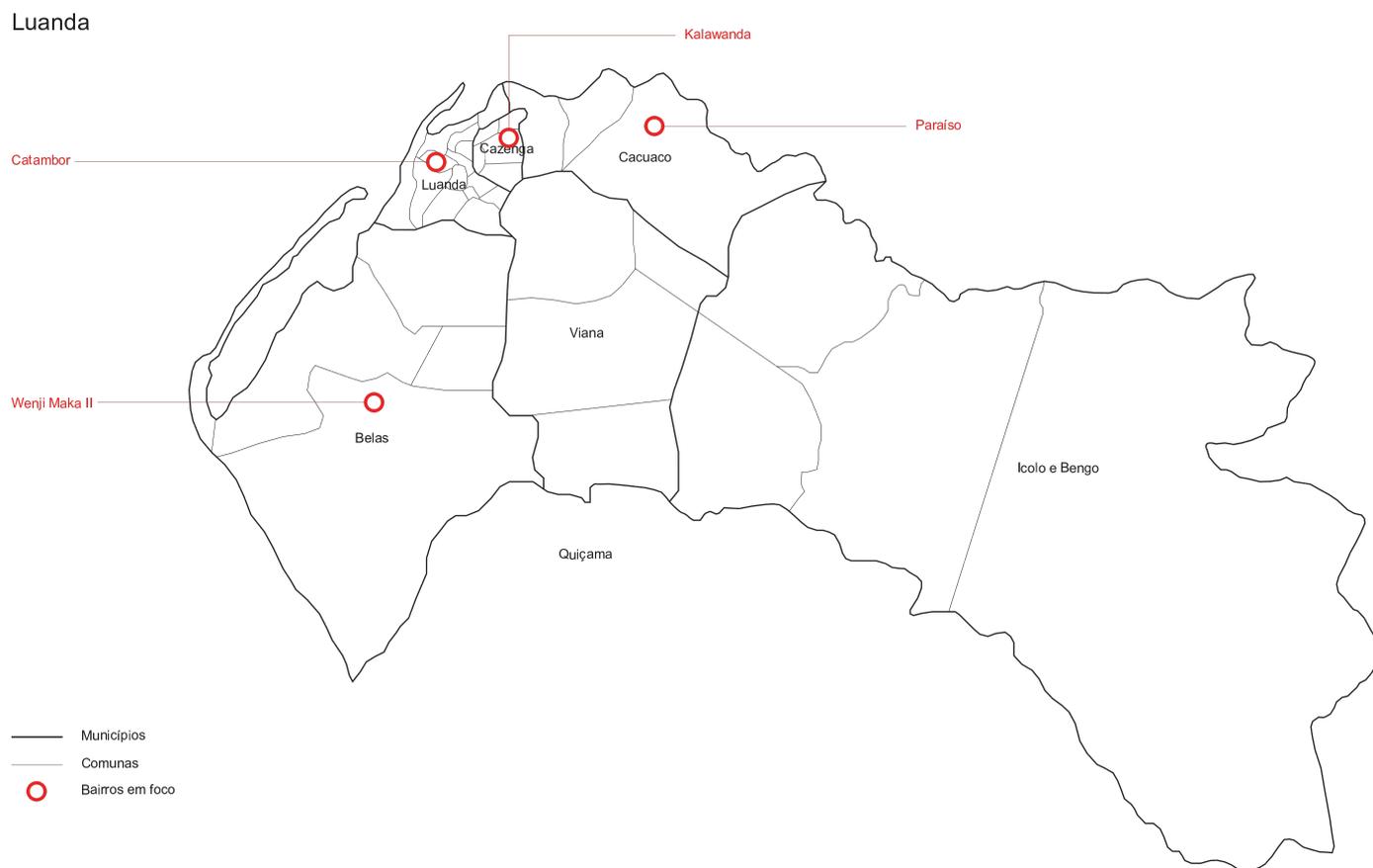
<sup>7</sup> Isto explica uma parte da categoria “Em Falta” nos dados/tabelas a apresentar – tendo algumas pessoas simplesmente recusado responder a perguntas com que não se sentiam confortáveis (o que, sem dúvida, é seu direito).

<sup>8</sup> Esta é também a base de algumas das declarações quantidade-qualidade no relatório, por exemplo a alegação de que muitos agregados familiares têm várias fontes de rendimento, apesar de isto não ter sido sistematicamente registado no inquérito.

Foram feitas visitas iniciais a cada município/bairro para estabelecer contactos com as autoridades relevantes e assegurar a acessibilidade/permissão para realizar o trabalho de campo. Este aspecto não colocou quaisquer problemas significativos. De um modo geral foi-nos permitido trabalhar sem interferência directa das autoridades locais, não obstante nem sempre nos ter sido facilitado o acesso à documentação que solicitámos.

O enfoque principal da nossa investigação e deste relatório é nos bairros de Wenji Maka II e do Paraíso, onde realizámos o inquérito e as metodologias qualitativas. O estudo foi também realizado na Kalawenda e em Catambor, com trabalho qualitativo mais limitado.

Mapa 2: Locais do projecto, Luanda



## 2 Contexto estrutural

### 2.1 A economia política de Angola

Desde a independência em 1975, a economia política de Angola tem sido dominada por dois fatores: uma guerra devastadora até 2002 e grandes receitas provenientes do petróleo e do gás que tornaram Angola num país de rendimento médio em termos de PIB *per capita* – embora com enormes níveis de desigualdade (de Oliveira 2015; Banco Mundial 2017; UNDP 2017).

Angola tem tido eleições parlamentares desde 1992, sendo o MPLA, o partido dominante e a UNITA, o principal partido da oposição. Todavia, o poder de facto está nas mãos do partido e do Presidente Eduardo dos Santos que exerceu essas funções durante 38 anos, de Setembro 1979 a Agosto de 2017, quando João Lourenço tomou a liderança do estado – embora Eduardo dos Santos se mantenha com poder enquanto líder do MPLA.

Os níveis mais baixos de representação do governo consistem em províncias (18), municípios (162) e comunas (556). Não há nível administrativo formal abaixo das comunas, mas os representantes *de facto* do estado nos bairros urbanos são as Comissões de Moradores e, nas aldeias rurais, o líder tradicional (soba). Qualquer pessoa em posição de liderança é membro do partido MPLA – tornando pouco clara a distinção entre o Estado e o Partido.

Angola é altamente dependente do petróleo, o qual nos últimos dez anos representou em média mais de 95% das receitas provenientes da exportação. Apesar dos enormes potenciais económicos, na forma de energia hidroelétrica, terra fértil e outros recursos económicos, a diversificação permaneceu muito limitada (UCAN/CEIC 2016). De facto, o país tem importado a maior parte dos seus produtos de consumo – incluindo géneros alimentares básicos. O governo fez investimentos consideráveis em infra-estruturas, mas as ligações rural-urbanas têm sido prejudicadas pela limitada produtividade da agricultura.

Angola tem enfrentado problemas graves na sua economia desde o colapso do preço do petróleo em finais de 2014. Reduziram-se os investimentos, quer nacionais quer estrangeiros, trazendo crescentes dificuldades à sua população. A prestação de serviços sociais na saúde e na educação – que de início já era fraca – deteriorou-se ainda mais. A corrupção generalizou-se a todos os níveis, desde a elite política e económica até aos serviços sociais nas aldeias e bairros (de Oliveira 2015).

Angola tem uma economia política extremamente centralizada e poucos, se algum, outros países em África têm tamanha concentração de poder político e económico na sua cidade capital. Luanda tem uma população de 6,5 milhões de habitantes, sendo Benguela (2 milhões) e Huambo (1,9 milhões) os outros grandes conglomerados urbanos (INE 2016). Ao mesmo tempo, nenhuma

cidade em África – com a possível excepção de Kinshasa e Lagos – tem uma população tão volátil e pobre como Luanda.

## 2.2 A Cidade de Luanda

Luanda foi estabelecida como interposto militar pelos portugueses em 1576. Desde então, a cidade passou por três grandes períodos de transformação (Rodrigues e Frias 2015:131, ver também Raposo et al. 2012; Viegas 2015; Melo 2016; Gastrow 2017): A espacialização colonial da diferença sócio-económica através da consolidação de uma cidade dual na baixa e na parte alta (o musseque)<sup>9</sup>; a grande expansão pós-independência dos musseques e a sua sobreposição com a cidade colonial; e a grande expansão multi-centrada no pós-guerra – juntamente com as demolições de musseques informais, o estabelecimento de grandes projectos de habitação (fechada) para a classe média/alta e a requalificação (e gentrificação) do centro.

Na altura da Independência, em 1975, a população de Luanda era de aproximadamente 500.000 pessoas (Jenkins et al. 2010). Desde então, depois de décadas de guerra e do êxodo rural, a população aumentou de 1 milhão estimado em 1980 para 4 milhões estimados em 2000.<sup>10</sup> Depois do acordo de paz de 2002 a população continuou a crescer a uma taxa sem precedentes, para 6,5 milhões em 2014, com uma contínua migração urbana e muito pouco retorno às suas áreas rurais de origem. Considerando apenas os municípios centrais (ver abaixo), Luanda tem uma densidade populacional de 23.307 habitantes por km<sup>2</sup> – que está entre as mais altas do continente africano (Rodrigues e Frias 2016).<sup>11</sup>

Administrativamente, a província de Luanda estava em 1980 dividida entre Luanda, Icolo e Bengo (Jenkins et al. 2010; Croese 2016). Luanda foi depois dividida em nove municípios (Kilamba Kiaxi, Rangel, Maianga, Sambizanga, Viana, Ingombota, Cacuaco, Samba e Cazenga). Em 2011, procurou-se acomodar a crescente expansão e densidade da população incorporando Icolo e Bengo e os 9.000 km<sup>2</sup> do parque de Quiçama, reduzindo/ organizando o número de municípios para sete (Cacuaco, Belas, Cazenga, Icolo e Bengo, Luanda, Viana e Quiçama). O município de Luanda coincide com os anteriores limites da cidade de Luanda, que foi depois subdividida em seis distritos urbanos (Ingombota, Kilamba Kiaxi, Rangel, Samba e Sambizanga). A expansão das autoridades e o desenvolvimento da cidade baseou-se num paradigma “tecnogerencial e modernizador” (Rodrigues e Frias 2106; ver também Bettencourt 2011). Desde o acordo de paz em 2002 até cerca de 2010 e ao início da crise económica, o número de novas construções em Luanda aumentou significativamente com mais de 576.000 casas licenciadas e

---

<sup>9</sup> Para mais detalhes ver Amaral, 1983.

<sup>10</sup> Até ao Censo Nacional de 2014, todas as estimativas de população eram projecções baseadas no Censo de 1970 (ver Amaral, 1983) e noutras fontes de informação relevantes como os registos de voto das eleições de 1992.

<sup>11</sup> No entanto, as projecções indicam que o crescimento estabilizará com a actual crise económica e com os sinais de pessoas que regressam/permanecem nas áreas rurais para sobreviver (Tvedten, Lázaro et al. 2016).

perto de 440.000 projectos de comércio e serviços registados. O primeiro programa de habitação em grande escala foi o projecto ‘Nova Vida’, concluído em 2005, e em 2008 o governo anunciou o ambicioso “Programa Nacional de Habitação e Desenvolvimento Urbano” que incluía a construção de Um Milhão de Habitações até 2012. Entre as áreas residenciais formais e mais opulentas da classe média/alta estão os distritos urbanos de Talatona e do Kilamba no município de Belas<sup>12</sup>.

### Ilustração 2: Novo complexo residencial



Foto: Aslak Orre

Ao mesmo tempo, a combinação de construção não registada e demolições, que afectam centenas de milhares de pessoas nos bairros pobres, ou musseques – onde se estima que residem 80% dos habitantes de Luanda (Banco Mundial 2011) – continuava num ritmo inalterado (Gastrow 2017). Sentindo ainda a maioria das pessoas a falta de infra-estruturas básicas (direitos formais à terra, água, saneamento, electricidade, estradas adequadas, etc.) e sendo os serviços sociais totalmente inadequados (polícia/segurança, educação, saúde, protecção social, etc.), a construção baseia-se grandemente na “imaginação material” e na “estética” das próprias pessoas, dentro dos constrangimentos estruturais e da enorme pobreza dos musseques (Gastrow 2017).

---

<sup>12</sup> Em sentido contrário houve a expansão da cidade com a construção de outros dois projectos habitacionais para acomodar a classe popular (remediada) com surgimento do Sequele, no município do Cacucaco e o Zango I, II, III e IV, uma extensão habitacional situada no município de Viana.

A cidade dual reflecte-se também nas características sócio-económicas de Luanda. As distinções são claramente visíveis quando se visitam as partes formal e informal da cidade: a primeira tem edifícios altos e habitações elegantes, infra-estruturas e áreas comerciais funcionando (aparentemente) bem, parques e outros símbolos da cidade moderna.

A cidade informal, por seu lado, está superlotada, tem más estradas de areia, caminhos estreitos, mercados/pequenos estabelecimentos comerciais e está repleta de lixo. Em termos estatísticos, os problemas relacionados com o desemprego, habitações, água, frequência escolar, etc. estão também relacionados principalmente com as áreas de assentamento informal (ver a Tabela).

TABELA 3: Principais Dados sobre Características do Estado Social em Luanda

Luanda	2008/09
Incidência da Pobreza <sup>13</sup>	11,5
Intensidade de Pobreza	2,4
Gravidade da Pobreza	0,8
Tamanho médio do agregado familiar	5,4
Taxa de dependência	87/100
Rácio homem/mulher	92/100
Participação no mercado de trabalho (%)	60%
Habitações com materiais inadequados (%)	69%
Acesso a fontes de água potável (%)	51%
Acesso a telemóveis (%)	79,9%
Frequência escolar 6-17 anos (%)	71%

Fonte: INE (2013, 2016)

Neste contexto, é surpreendente que a taxa de pobreza oficial de Luanda seja tão baixa quanto 11,5%. A linha de pobreza é definida com referência ao custo monetário, para uma dada pessoa num dado local e tempo, de um nível de referência de bem-estar (INE 2013: 83-92). De facto, também os nossos próprios dados do estudo mostram que há dinheiro em circulação: a maioria

<sup>13</sup> O índice de *Contagem de Pobreza* indica a proporção de pobres na população total, i.e. mede a percentagem de população cujo consumo fica abaixo da linha de pobreza. Não toma em consideração quão próximos ou distantes estão os níveis de consumo dos pobres no que respeita à linha de pobreza, nem a distribuição do consumo entre os pobres (INE 2013). O índice de *Intervalo de Pobreza* é o déficit de consumo médio da população comparado com a linha de pobreza. Visto que quanto maior é o déficit, maior é o intervalo, esta medida ultrapassa a primeira limitação do intervalo (INE 2013). O índice de *Gravidade da Pobreza* é sensível à distribuição do consumo entre os pobres; uma transferência de uma pessoa pobre para alguém com mais consumo pode deixar inalterada a contagem ou o intervalo de pobreza mas aumentará esta medida. Quanto maior é o intervalo de pobreza, maior o peso que implica (INE 2013).

das pessoas tem alguma espécie de rendimento e possui bens básicos como uma habitação, mobiliário e telemóveis. O argumento central nas páginas seguintes é que a pobreza nas áreas em estudo não está principalmente relacionada com a falta de meios materiais, excepto para os mais destituídos, mas sim com o nível extremo de vulnerabilidade e insegurança que as pessoas experimentam (ver a definição de pobreza acima).

### 2.3 Municípios em estudo

Passando para os quatro locais de estudo, Belas/Wenji Maka II, Cacuaco/Paraíso, Cazenga/Kalawenda e Maianga/Catambor, há carência de dados oficiais e/ou fiáveis ao nível dos municípios, excepto no que se refere a dados sobre população (ver a Tabela).

TABELA 4: Características da população – Municípios em estudo

Indicador	Belas	Cacuaco	Cazenga	Luanda
População	1.065.106	882.398	862.351	2.107.648
Densidade populacional	1.018	2.828	18.169	23.307

Fonte: INE (2016)

Há 1,1 milhões de habitantes no município de Belas, com um rácio homens/mulheres de 100/96, sendo o terceiro distrito mais populoso da província de Luanda. Em termos de divisão administrativa, o município de Belas consiste em sete comunas – Barra do Kwanza, Benfica, Futungo, Talatona, Vila Estoril, Mussulo e Camama, a qual inclui o bairro de Wenji Maka II.

O município de Cacuaco tem uma população de 900.000 habitantes e está dividido em três comunas – Cacuaco (o centro), Funda e Kikolo (onde se situa o bairro Paraíso) – as quais por sua vez estão divididas em 52 bairros. Cacuaco é um município grande e diversificado que inclui bairros urbanos e áreas rurais. Entre 2000 e 2010 Cacuaco registou o segundo crescimento populacional anual mais alto de Luanda, a seguir a Viana.

O município de Cazenga tem uma população estimada de 850.000 habitantes, que vivem em três comunas, Tala-Hady, Cazenga Popular (incluindo o bairro de Kalawenda) e Hoji-Ya-Henda. Cazenga é o segundo município mais densamente povoado da província, a seguir ao de Luanda. O município de Luanda tem a população e densidade populacional mais elevadas e inclui os distritos urbanos de Ingombota, Rangel, Samba, Sambizanga, Kilamba Kiaksi e Maianga, da qual o Catambor faz parte. O centro de Luanda é o mais diversificado da cidade em termos de áreas formais/informais e grupos populacionais pobres/ricos.

## 2.4 Emprego

Em termos de emprego, os números oficiais mostram que a maioria da população adulta participa na força de trabalho (ver a Tabela). A taxa de emprego é mais alta entre os homens do que entre as mulheres. Entre os empregados, a maioria dos homens trabalha no sector formal enquanto a maioria das mulheres trabalha por conta própria/trabalha no sector informal. No emprego formal, o maior número de pessoas trabalha no sector privado, seguido pelo sector público/empresas estatais.

TABELA 5: Dados oficiais sobre o emprego em Luanda (Percentagem)

Características	Homens	Mulheres	Total
Participação na força de trabalho	72.0	49.9	60.4
<b>Sector de emprego</b>			
Força de trabalho no sector de serviços	70.0	95.0	80.0
Força de trabalho na indústria	25.0	2.0	15.0
Força de trabalho na agricultura	5.0	3.0	5.0
<b>Tipo de emprego</b>			
Empregado	78.0	39.0	61.0
Empregado por conta própria	22.0	61.0	39.0

Fonte: INE (2013)

TABELA 6: Dados oficiais sobre a fonte de emprego em Luanda

Fonte de emprego	Percentagem
Sector privado	39.5
Administração pública	13.2
Empresa estatal	6.6
Sector cooperativo	1.3
Conta própria	38.5
Outra	1.0

Fonte: INE (2013)

O emprego formal é particularmente raro nos aglomerados informais/musseques, e os que têm acesso ao emprego formal trabalham geralmente em profissões mal pagas como operário de construção civil ou guarda (os homens) e como empregada doméstica e de limpeza (as mulheres).

O salário mínimo em Angola é de 18.400 kwanzas por mês, porém, é frequentemente mais baixo e/ou pago intermitentemente.

Outras características das fontes formais de rendimento são a insegurança do emprego (não há verdadeiros sindicatos) e as longas e caras viagens para o trabalho (quase sempre localizado fora do bairro de residência). Mesmo assim o emprego formal é preferido pela previsibilidade do rendimento e pelo estatuto que dá, particularmente aos homens de quem se espera que sejam a principal fonte de rendimento.

As actividades económicas informais têm geralmente lugar em grandes espaços públicos ou em mercados informais, bem como nas zonas urbanas e periféricas de maior trânsito. É aí que se encontram os potenciais clientes dos produtos e serviços oferecidos por centenas de milhares de pessoas. Na sua condição de extrema pobreza, lutam – viajando longas distâncias e sujeitando-se a toda a espécie de riscos – a fim de melhorar as suas condições de vida.

Nos meados dos anos 1980 muitas pessoas abandonaram as suas casas nas zonas rurais e transferiram-se para Luanda. Aí desafiaram a proibição pelo governo das actividades económicas informais e estabeleceram enormes mercados informais, incluindo o ‘Roque Santeiro’ (ver Lopes, 2008). Nos anos 1990, e com a abertura à economia neo-liberal, o sector privado foi facilitado pelo surgimento de uma classe de pequenos empreendedores, tanto angolanos como de origem estrangeira, que eram donos de armazéns comerciais (para venda a retalho de vários produtos), provedores de serviços e – embora em menos grau – actividades produtivas, incluindo a pesca.

A partir de 2002, em tempos de paz, as actividades informais e cada vez mais precárias aumentaram a uma velocidade surpreendente. O número de comerciantes de pequena escala e não licenciados aumentou nas ruas – excepto na parte formal da cidade onde se tornou ilegal – assim como o número de lavadores de automóveis, guardas auto-nomeados, transportadores de bagagem, táxis motocicletas, prostitutas, etc.

### Ilustração 3: Um quarterão do Paraíso



Foto: Mateus Agostinho

## 2.5 Serviços públicos

O acesso aos serviços públicos nos municípios da área peri-urbana de Luanda é insuficiente e precário. Há uma grande carência de infra-estrutura e recursos humanos, indispensáveis para a provisão de serviços como saúde, educação, registo civil e abastecimento de água e energia. Mesmo onde a provisão desses serviços ocorre mais ou menos regularmente, a sua qualidade e eficiência situam-se bem abaixo dos padrões e das expectativas da população.

A percepção geral é que o acesso até mesmo a serviços públicos mínimos depende muitas vezes da compra ou troca de favores. Há a impressão de que o dinheiro desempenha um papel determinante na relação entre o cidadão e as instituições do estado. Isto significa que, embora o acesso aos serviços públicos formalmente seja universal e gratuito, na prática estes serviços são vistos como um privilégio daqueles que têm relações sociais nestas instituições públicas ou que têm dinheiro para os pagar.

### Educação

Apesar dos dados oficiais relativamente favoráveis sobre a educação em Luanda (ver a Tabela), o sector da educação é confrontado com muitas limitações e problemas. Há falta de escolas adequadas e de professores. Mesmo indicando a informação oficial um número considerável de escolas públicas, escolas privadas e escolas ligadas a instituições religiosas e associações cívicas,

uma grande parte das salas de aula que são contadas nas áreas peri-urbanas são improvisadas e sem um mínimo de condições materiais. São de facto cubículos de quatro paredes e um improvisado quadro negro preso numa das paredes. Pode haver carteiras para duas ou três crianças compartilharem, mas em muitos casos os alunos têm de trazer pequenas cadeiras de plástico ou de madeira ou sentam-se no chão.

TABELA 7: Dados oficiais sobre a educação em Luanda (Percentagem)

Características	Homens	Mulheres	Total
População com mais de 15 anos que é alfabetizada	93.9	78.3	85.9
População entre os 15 e os 24 anos que é alfabetizada	94.9	89.9	92.3
População entre os 6 e os 17 anos que vai à escola	90.8	89.9	90.4
População entre os 15 e os 18 anos que frequenta a escola secundária	45.3	43.7	44.4
Proporção de crianças entre os 6 e os 17 anos que nunca frequentou a escola	4.3	4.4	4.4

Fonte: INE (2016)

O número de professores que efectivamente trabalham no sector é insuficiente para responder à procura das crianças em idade escolar que residem nos bairros. Os professores são mal pagos e o absentismo do professorado é um grande problema. Os professores podem estar semanas e mesmo meses sem se apresentarem para dar aulas. De facto, muitas crianças não são ensinadas por um professor, mas sim por um explicador. Os explicadores são normalmente instruídos, mas sem qualquer formação como professores que os tivesse preparado para essa actividade.

## Saúde

Os dados oficiais sobre saúde em Luanda também não reflectem as realidades no terreno, tal como as encontramos (ver a Tabela). Oficialmente Luanda dispõe de várias unidades sanitárias repartidas em três níveis, nomeadamente os hospitais principais, centros de saúde e postos de saúde. De acordo com a divisão do sistema nacional o atendimento público sanitário inicia no nível 1, ou seja, nos postos de saúde e em casos de gravidade os doentes são transferidos para os centros de saúde ou para os hospitais de referência do município, ou ainda para os hospitais de especialidade.

TABELA 8: Dados oficiais sobre a saúde em Luanda

Características	Percentagem
População por unidade sanitária	46.8
População por médico (%)	6.0
Pessoas doentes com consulta médica (%)	73.0
Crianças 6-59 meses com desnutrição crónica (%) *	20
Orfandade entre crianças 0-17 years (%)	10.0

Fonte: INE (2016), UNICEF (2015). \* Sub-nutrição crónica. \*\* Sub-nutrição aguda

Na realidade, a maior parte das unidades sanitárias nas áreas peri-urbanas são unidades precárias onde o atendimento ao público é deficiente, dada a falta de medicamentos e de pessoal médico qualificado. A frequência de médicos disponíveis em Luanda é muito baixa (4 para 200.000 habitantes) e muitos deles são de nacionalidade cubana que trabalham com contratos de curto prazo. Os postos de saúde nos bairros peri-urbanos funcionam geralmente sem enfermeiras ou técnicos de saúde. Isto significa que a maior parte dos casos médicos é deixada nas mãos de pessoas sem formação adequada.

### Outros serviços/Registo civil

As administrações distritais são responsáveis pelo registo civil (BIs) e outros serviços públicos de notariado. Para obter um bilhete de identidade pessoal ou fazer qualquer outro registo de identidade ou propriedade, os habitantes dos quatro bairros têm de se deslocar ao centro distrital. Aliadas à necessidade de fazer pequenos pagamentos ilícitos, estas são as principais razões porque muitas pessoas não estão formalmente registadas. Muitas pessoas, quando abordam as instituições públicas, usam como identificação o seu cartão eleitoral (para o qual o registo não parece ser um problema...) em vez do seu BI de cidadão – embora isso nem sempre seja aceite.

TABELA 9: Dados oficiais sobre registo civil (Percentagem)

Características	Homens	Mulheres	Total
População com certidão de nascimento	71.8	67.4	69.5
População dos 0 aos 4 anos com certidão de nascimento	31.9	31.9	31.9

Fonte: INE (2016)

Outros serviços públicos chave fazem-se notar pela sua ausência, incluindo a polícia e a magistratura. Alguns bairros têm um posto policial (semi)permanente, enquanto outros são servidos por polícias “ambulantes”. Em ambos os casos o serviço policial é afectado pelo baixo salário e estatuto dos funcionários que os torna vulneráveis a apropriações indevidas. O sistema judicial é virtualmente inacessível, excepto no que respeita a delitos graves em que o tribunal municipal esteja envolvido, em alguns casos levando ao estabelecimento de grupos de vigilantes e/ou pessoas que tomam a lei nas suas próprias mãos. Não há estatísticas criminais acessíveis e fidedignas.

Ilustração 4: Em busca de água



Foto: Gilson Lazaro

### 3 As comunidades

No que respeita aos bairros onde o estudo teve lugar, apresentá-los-emos através das impressões iniciais quando lá entrámos e começámos a conhecer pessoas (i.e. ‘antropologia em passeio’):

O **Wenji Maka II** (que significa ‘problemas com o comércio’) é uma antiga área agrícola comunal que pouco a pouco foi dividida em lotes e vendida pela organização de agricultores local a residentes e migrantes. Este processo começou em 2004 e tornou-se um bairro de aproximadamente 22.000 habitantes com antecedentes étnicos/sócio-linguísticos místicos.

Excepto no que respeita aos incessantes problemas dos musseques relacionados com más estradas de areia, inundações e lixo, a impressão imediata é de uma comunidade relativamente bem organizada com casas de tijolo e quintais; escolas e unidades sanitárias (muitas das quais são privadas); algumas pequenas lojas ou cantinas; oficinas artesanais de toda a espécie; e alguns grandes armazéns, particularmente ao longo das estradas principais que definem as fronteiras do bairro. Há também “bolsas” contrastantes de moradias maiores e mais luxuosas com dois ou três andares para as pessoas em melhor situação e casas precárias feitas de papelão e chapas de ferro para os muito pobres. O bairro está relativamente vazio durante o dia, o que é uma indicação de que muitas pessoas estão a trabalhar ou à procura de emprego noutras partes da cidade. A Comissão de Moradores (uma instituição fundamental para o desenvolvimento da comunidade), em conjunto com a instituição baseada na comunidade SOS-Habitat, trabalha para melhorar as condições e a segurança da terra.

#### Ilustração 5. Wenji Maka II



Foto: Inge Tvedten

O **Paraíso** dá-nos uma primeira impressão diferente. A partir do fim dos anos 1990 o bairro tornou-se um campo de refugiados e soldados desmobilizados originários do sul, tendo-se desenvolvido numa comunidade com aproximadamente 120.000 pessoas. Situado num monte rodeado por pântanos e depósitos de lixo, tem apenas um ponto de entrada de viaturas que se torna intransitável durante os períodos de fortes chuvadas. Há pessoas e tráfego por todo o lado, com homens e mulheres transportando e vendendo mercadorias que vão desde longos varões de ferro até bolinhos fritos. As casas são geralmente precárias e sem paredes a delimitar a quinta (um sinal de pobreza no contexto de Luanda), detectámos poucas escolas/unidades sanitárias públicas e as cantinas e lojas dificilmente se vêem – até termos sabido que são construídas de modo a serem “invisíveis” reduzindo assim o risco de roubo e assalto. A principal característica

do Paraíso talvez seja o quase total colapso das instituições públicas, incluindo escolas e hospitais, abastecimento de água, electricidade e policiamento – criando um terreno fértil para preços excessivos e corrupção, dado que as pessoas procuram alternativas privadas. A segurança individual e a imprevisibilidade são os principais desafios e as pessoas parecem geralmente mais pobres e mais destituídas do que no Wenji Maka II. Neste caso, a Comissão de Moradores parece mais preocupada em controlar politicamente a população do bairro do que em contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

### Ilustração 6: Paraíso



Foto: Inge Tvedten

O **Kalawenda** (que significa “para comer tem de caminhar”) depara-se com duas realidades díspares: uma tem construção precária e desordenada, que não difere muito da do Paraíso, e acesso mínimo a serviços básicos como água potável, electricidade e recolha do lixo. A outra (mais próxima das principais estradas e mercados) tem casas melhores e pintadas, com acesso a alguns serviços como água corrente e electricidade e melhor acesso a escolas (privadas) e unidades sanitárias.

Por outro lado, Kalawenda caracteriza-se por não ter uma rede de esgotos adequada e um sistema de recolha do lixo. A Vala do Angolano – valas naturais originalmente cavadas pela água da chuva e pela erosão – é usado pela população para eliminar os seus desperdícios humanos, bem como

o lixo sólido e tóxico. Esta “vala comum” do bairro constitui uma área muito crítica para a saúde, bem como para a dignidade das pessoas. Um grande número de famílias foi compelido a construir a sua casa na vizinhança imediata desta área.

#### Ilustração 7: Kalawenda



Foto: Mateus Agostinho

O **Catambor** (que significa ‘tambor’) tem, dos quatro bairros da nossa amostra, a localização mais central. É também o mais pequeno e mais apinhado, com casas feitas de chapas de zinco e estacas de madeira construídas literalmente umas sobre as outras. Catambor está localizado num monte - língua de terra - próximo de Alvalade e do Prenda, dois bairros bem estruturados para os agregados familiares em melhor situação desde o tempo colonial e que agora hospedam também uma parte considerável dos novos ricos angolanos – o que é um duro lembrete das condições em que vivem as pessoas no Catambor.

A maioria das casas no Catambor está ligada ou está separada apenas por becos pavimentados muito estreitos. Estes becos representam também as linhas divisórias entre as sub-divisões de sectores e quarteirões. As residências e os espaços públicos no Catambor deparam-se com melhor ambiente do que no Paraíso e no Kalawenda. Nas orlas exteriores do bairro Catambor há estabelecimentos comerciais, armazéns e cantinas e há um acesso mais fácil ao emprego e aos mercados (informais) frequentados por pessoas com maior poder de compra do que nos outros três bairros em estudo.

### Ilustração 8. Catambor



Foto: Aslak Orre

### 3.1 História resumida

As entrevistas com grupos focais e com indivíduos revelam um sentido apurado da história entre os moradores nas comunidades, embora raramente relacionado com processos mais amplos políticos, económicos e culturais aos níveis macro (internacional, nacional e de cidade). O enfoque é colocado sobretudo em incidentes individuais (muitas vezes na forma de instituições ou infra-estruturas) e suas implicações para o actual estado das coisas no bairro.<sup>14</sup>

As histórias dos quatro bairros apresentadas no exercício de Histograma (ver o Capítulo 1.4) vão desde as longas raízes históricas do Catambor como parte da velha cidade alta de Luanda (ver acima) (ver Amaral, 1983), ao muito mais recente estabelecimento do Paraíso na sequência da transição partilhada com muitos outros bairros, passando de ser terra agrícola, via áreas de assentamento de refugiados/deslocados internamente, para uma comunidade estabelecida. Os anos iniciais da história do Paraíso foram contados da seguinte forma por um Grupo Focal:

- 1980 a 1990. O bairro era uma área de terra cultivada povoada por camponeses.
- 1992. O bairro recebeu pessoas deslocadas da Boavista. Além disso, uma grande vaga de pessoas deslocadas veio das províncias de Huambo, Bié, Benguela, Kuando Kubango e Uíge.

---

<sup>14</sup> Em contraste com as áreas rurais, onde o soba está investido da responsabilidade de relatar a história da sua comunidade, os homens mais velhos com uma longa história pessoal no bairro desempenham usualmente nos musseques o papel de “historiadores”.

- 1992. A fim de prestar alguma assistência aos refugiados, a Caritas, organização de assistência da Igreja Católica, estabeleceu-se no Paraíso no local onde actualmente se encontra a igreja de Nossa Senhora da Assunção.
- 2000. O Paraíso foi declarado bairro depois da visita do governador provincial, Aníbal Rocha, que anunciou o fim do campo de refugiados e autorizou o início da construção de habitações.
- 2000. Os novos residentes começaram a construir as suas primeiras habitações, que eram essencialmente tendas e barracas de cartão e zinco.
- 2000. Apareceu o primeiro coordenador do bairro, Sr. Adão Cunha (nomeado pelo MPLA).
- 2000. Foi criada a Comissão de Moradores com o fim de contribuir para a resolução de problemas da comunidade como a criminalidade, falta de serviços básicos e falta de emprego (mas também para controlar a população, como argumentou alguém).
- 2001. Foi estabelecido um grupo de vigilantes que era essencialmente um grupo de residentes que se organizaram para garantir a segurança no bairro. A sua actividade consistia em fazer rondas nocturnas pelo bairro.
- 2002. O Sr. Augusto António foi eleito coordenador do bairro, tendo-se mantido até hoje nessa posição.

Um tema recorrente na descrição histórica dos bairros é a origem geográfica dos primeiros habitantes – implicitamente relacionada com a origem étnica (Ovimbundu, Mbundu, Bakongo e Africanos Ocidentais). As pessoas têm visões claras de haver um grupo dominante na sua área, argumentando que as pessoas que migram para a cidade tendiam a estabelecer-se em bairros habitados “pelos seus” e criando assim um sentimento de pertença no que era visto como um ambiente hostil. As pessoas também partilhavam facilmente as suas histórias pessoais enfatizando a sua origem (*‘a minha terra’*).

No entanto, a preocupação com a origem geográfica/étnica da população do bairro assinala também a importância da etnicidade para a explicação do estado da situação e da identidade de cada um: há estereótipos explícitos ligados a cada grupo, como a percepção da ligação entre ser Ovimbundu e ser ‘membro da oposição (política)’ ou ser Bakongo e ser difícil fazer negócio com ele – embora a população pareça partilhar uma visão de que os estrangeiros (conterrâneos) são em grande medida culpados pelo estado económico das coisas.

O Sr. 'António' chegou a Luanda há 34 anos, vindo de Mbanza Congo. Rapidamente arranhou emprego na construção, casou e tem ao todo sete filhos. António diz que viveu em "seis bairros diferentes" até vir para o Wenji Maka II em 2008. Perdeu o seu emprego na construção logo após ter chegado ao Wenji Maka. Tem agora uma pequena 'cantina' onde vende refrigerantes, biscoitos, detergentes, cadernos e outros pequenos artigos, mas queixa-se da competição que lhe faz um "Senegalês" que tem um armazém nas proximidades e que "rouba os meus clientes". O seu lar é composto por doze membros, incluindo a sua esposa (doente), dois filhos solteiros e um filho com esposa e cinco filhos. António insiste que o Wenji Maka II é um bom local para viver, mas queixa-se da segurança (bandidagem). Fala ainda de Mbanza Congo como "a minha terra". Sonha voltar para lá com toda a sua família mas não tem dinheiro suficiente, dado que o bilhete de camioneta num único sentido custa 4.500 Kwanzas.

Um segundo tema principal que conta para a história está relacionado com a importância das intervenções na forma de infra-estrutura física (escolas, hospitais, estradas, água, electricidade, etc.). Embora isto possa reflectir o facto de que são marcos fáceis de referir e "pro-governo", mostram também a forte ênfase concedida a essas intervenções como sinais de inclusão de populações que se sentem excluídas da sociedade em geral e da cidade "moderna" em particular. No que respeita à história do Paraíso depois de 2002, todos os marcos/eventos escolhidos, excepto um, estavam relacionados com infra-estruturas físicas:

- 2004. Construção do primeiro posto de saúde pelo Fundo de Apoio Social (FAS).<sup>15</sup>
- 2004. Construção de duas escolas primárias pelo FAS.
- 2005. Inauguração das escolas primárias pelo FAS.
- 2007. Inauguração da "Escola Primária Chinesa" (até à 9ª classe).
- 2007. Inauguração das primeiras brigadas móveis de polícia.
- 2010. Inauguração do Centro de Formação Profissional.
- 2011. Inauguração da escola secundária ou escola de nível médio.
- 2013. Assassínio de três agentes policiais numa esquadra de polícia móvel.
- 2014. Inauguração da primeira esquadra de polícia (permanente) no bairro.

Um terceiro e último tema recorrente na descrição histórica é a questão da segurança. Perguntando às pessoas sobre a principal diferença entre o seu bairro quando eram jovens/crianças e agora, geralmente referiam-se à crescente densidade e insegurança. Anteriormente, podiam "ir aonde queriam", "ficar fora toda a noite" e "todos confiavam uns nos outros". Contam histórias de como a comunidade costumava trabalhar em conjunto na limpeza das praças públicas e das ruas e como se ocupavam das pessoas que causavam problemas. Agora queixam-se de que, com excepção dos seus familiares e de "vizinhos próximos", não podem

<sup>15</sup> O FAS é uma agência governamental criada especificamente para o Banco Mundial canalizar fundos para projectos sociais ou não comerciais, tais como infraestruturas escolares, postos de saúde e pontos de água.

realmente confiar em ninguém e de que é perigoso andar fora do seu próprio quarteirão. Para muitas pessoas, a sua relação com a segurança está também enquadrada em experiências/memórias concretas da guerra, como soldados ou como deslocados.

Olhando para a história do Wenji Maka II mais detalhadamente e como foi descrita por um velho residente que chegou do Kwanza Norte em 1978, até 1990 a terra era relativamente abundante, a área era em grande parte rural e as pessoas podiam facilmente comprar o direito de usufruto para cultivarem. No entanto, por volta de 2002 veio um padre a esta área reclamar que a Igreja Católica tinha recebido 267 hectares de terra (i.e. mais ou menos a área ocupada hoje pelo Wenji Maka II) do próprio Presidente da República, destinados à criação de um santuário nacional. O padre era uma personalidade bem conhecida em Luanda com ligações estreitas ao MPLA. Na altura, a maior parte da terra era constituída por terrenos agrícolas ou lavras.

Naturalmente que os camponeses protestaram e contestaram a reclamação. Não obstante, o padre colocou 95 homens da polícia de intervenção rápida de guarda à área e começou a cercá-la a toda a volta. Os camponeses responderam invadindo-a e começando por destruir os postes da cerca. Começaram também a organizar-se estabelecendo a primeira associação de agricultores, a Comissão de Camponeses, com o apoio da ONG SOS Habitat. No dia 21 de Julho de 2004 três camponeses foram atacados pelos guardas; um morreu, um foi ferido numa perna e outro na cabeça. Este incidente teve um grande impacto na população do bairro, mas não gerou mais violência.

Dado que o padre reclamava que a terra tinha sido cedida pelo Presidente à Igreja Católica, o arcebispo de Luanda foi contactado. Como resultado, o padre retirou-se e correram rumores de que tinha recebido alguma terra noutra local. Ao mesmo tempo, e após a violência, foi organizada uma reunião com o Governador da Província de Luanda. Apesar das promessas, a população nunca recebeu quaisquer garantias relativamente à terra em questão. Desse modo, os camponeses decidiram começarem eles próprios a parcelar e a vender lotes de terreno de 15 x 20 metros para habitação, por preços que iam de 100 a 150 dólares americanos. Isto representou o fim do conflito de terra e o início do bairro tal como é hoje – com as pessoas a reivindicar direitos comunais para a sua terra, embora sabendo bem que serão desalojados assim que o estado deseje.

### 3.2 Cenário institucional

Tendo explicado acima o sistema administrativo formal de Luanda, as percepções das pessoas – conforme registado no exercício de mapeamento institucional (ver o Capítulo 1.4) – mostram que dificilmente se relacionam com as estruturas políticas/administrativas em geral e que vêem as suas comunidades como tendo muito poucas, se alguma, instituições que funcionam bem.

## Ilustração 9: Mapeamento da Comunidade

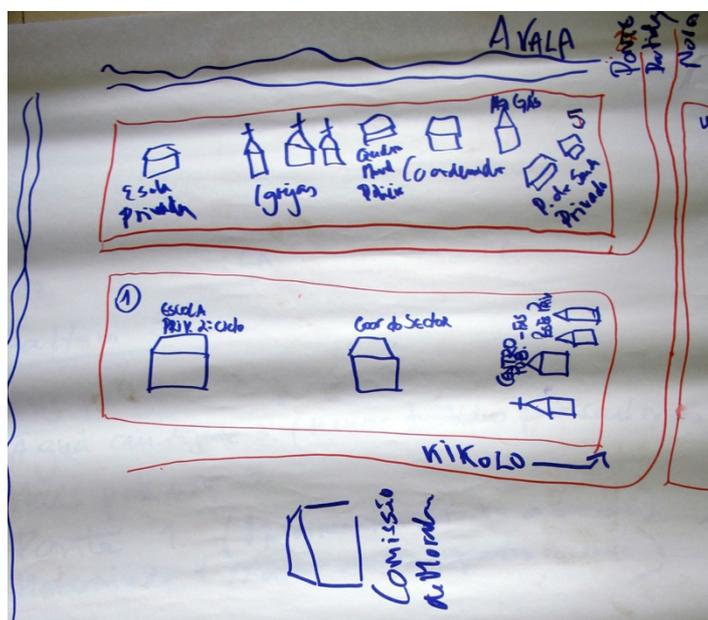


Ilustração - Foto: Inge Tvedten

Nas quatro áreas, a Comissão de Moradores é vista como a instituição mais importante para as suas vidas diárias – embora as pessoas discordem sobre se ela é realmente um órgão comunitário ou um organismo governamental. As comissões foram originalmente criadas nos anos 1980 com o objectivo de fazerem a ligação entre a população urbana e o estado/governo da cidade e trabalharem para o bem-estar do bairro (Meneses, Cardoso et al.2008). São exemplos típicos do que é chamado “instituição crepuscular” (Lund 2006), caracterizada por cair na esfera das instituições governamentais e da sociedade civil.

Como funcionam exactamente as Comissões de Moradores parece variar de caso a caso. Em princípio os membros de uma Comissão são eleitos pela população dos diferentes quarteirões do bairro, mas pelo menos a liderança é na verdade nomeada ou tacitamente aprovada pelas estruturas do partido (MPLA). Num bairro como o Paraíso, tem funções importantes em termos de controlo político e informações para o governo e os habitantes consideram efectivamente a comissão como um prolongamento do governo. Todavia, no Wenji Maka II a Comissão está muito mais directamente relacionada com os habitantes e o seu trabalho consistente em prol dos direitos à terra e a serviços deu-lhe um certo nível de legitimidade – muito embora em última instância esteja sob o controlo do estado e do partido. A própria Comissão enfatizava que tinha sido em grande parte deixada entregue a si própria e que só raramente era chamada para reuniões nos níveis mais altos da administração da cidade. Os membros das Comissões não são pagos pelo Estado, o que quer dizer que as suas únicas fontes potenciais de rendimento são os honorários pagos pelos seus serviços, o que cria espaço para o nepotismo e a corrupção.

A segunda instituição mais importante é a igreja. Em algumas áreas as igrejas “tradicionais” como a Igreja Católica têm uma posição relativamente forte devido à sua longa história e trabalho social, mas várias igrejas carismáticas como a Igreja Evangélica Congregacional de Angola, a Igreja Evangélica Reformada de Angola, a Adventista do 7º Dia e Bom Deus e igrejas de “quintal” como a Bom Pastor, a Deus Vivo e a Maria Madalena têm uma posição cada vez mais forte nas comunidades – prometendo a redenção nesta vida em vez de após a morte. As igrejas tornaram-se importantes arenas sociais para além dos serviços religiosos propriamente ditos, pelo menos entre as mulheres. A luta para atrair membros parece às vezes feroz: num dos bairros, uma igreja recentemente estabelecida punha música *rock* alta e mantinha a sua porta aberta durante horas, antes do serviço religioso, para atrair frequentadores. A maioria das novas igrejas tem sistemas para cobrança de taxas aos seus membros, o que coloca alguns dos pastores entre as pessoas em melhor situação nas comunidades.

As pessoas salientam também a importância das instituições da educação e saúde – embora acrescentando geralmente que não funcionam devidamente no que respeita à escassez de professores, médicos e equipamento necessário e aos altos custos. Conforme vimos na secção 2.3, a incapacidade do Estado de disponibilizar escolas e hospitais conduziu a uma proliferação de soluções privadas na forma de colégios e clínicas. Estas soluções privadas são geralmente de fraco padrão e dispendiosas, mas há excepções: no Wenji Maka II, o colégio Amor e Paz cobre a escolaridade primária e secundária e funciona desde 2007 (embora a maioria dos 700 estudantes venha de outros bairros). E no Paraíso, um ex-residente abriu uma nova clínica com pessoal qualificado e equipamento de qualidade para clientes que podem pagar as consultas.

Há também “vestígios” de instituições do Estado/Partido como o JMPLA e a OMA, mas parece terem perdido muita da sua influência política num contexto onde a maioria das pessoas perdeu a fé na capacidade de execução do governo do MPLA. A OMA continua a ter um papel na mobilização/controlo das mulheres nos quatro bairros, mas não parece ter meios para prestar qualquer apoio material. Outros partidos políticos estão presentes, mas não tão abertamente. Não vemos quaisquer sinais externos de filiação política nos partidos da oposição (como cartazes, *T-shirts*, chapéus, etc.), não obstante as conversas individuais enfatizarem a presença de simpatias e redes da oposição.

Na sequência do *boom* petrolífero e da definição de Angola como um “país de médio rendimento”, a ajuda externa e as OBCs e ONGs nacionais e internacionais tornaram-se raras em Luanda. Uma excepção é a SOS Habitat (com escritório no Wenji Maka II), que trabalha principalmente na advocacia dos direitos à terra e habitação, incluindo o apoio a pessoas afectadas pelo desalojamento forçado. Outro exemplo são as instituições da sociedade civil relacionadas com a igreja, como a Caritas. Há ONGs activas na cidade, incluindo a Development Workshop que trabalha em questões relacionadas com a terra e o crédito, mas atingem apenas uma pequena parte da população dos musseques.

Como voltaremos a tratar na próxima secção, as características mais salientes da vida institucional nos bairros é a escassez de instituições formais e a importância dos grupos

informais e redes sociais. (o Catambor representa aqui uma exceção parcial: sendo uma “ilha informal” na parte formal da cidade, muitos residentes usam instituições públicas fora da sua comunidade imediata). As pessoas procuram acesso a serviços sociais e protecção através de relações com alternativas privadas e com a sua família alargada, vizinhos próximos, amigos e outros grupos de pares.

Ilustração 10: Clínica, Wenji Maka II



Foto: Inge Tvedten

#### 4 Relações sociais da pobreza

A pobreza urbana e as suas características especiais têm sido relatadas num corpo emergente de literatura de ciências sociais/antropológica em grandes cidades Africanas (Simone 2004, Myers 2011). Sobre a cidade de Luanda, existe uma rica literatura histórica antropológica/sobre ciências sociais (Carvalho 1989; Robson e Roque 2001). Estudos mais recentes têm focado aspectos particulares do desenvolvimento urbano (Rodrigues 2016, Gastrow 2014), mas há poucos estudos sobre pobreza urbana e género propriamente ditos (ver a Lista de Literatura). Referindo-nos de novo ao resumo da nossa abordagem analítica apresentado no Capítulo 1, as condições estruturais apresentadas no capítulo precedente têm consideráveis implicações na agência/espço de manobra dos homens, mulheres e crianças das comunidades em estudo. Ao mesmo tempo, os espaços para agência ou estratégias alternativas variam de acordo com a posição económica das pessoas – que definimos como o seu lugar numa escala de vantagem/desvantagem social. Agregados familiares/pessoas com recursos (na forma de

trabalho, rendimento, bens) e/ou relações sociais com pessoas nessa posição, estão mais bem situados no que respeita a mobilidade social do que os que não os têm.

#### 4.1 Percepções de pobreza e bem-estar

Neste projecto definimos a pobreza como envolvendo i) a falta de emprego e do rendimento necessário para atender às necessidades básicas, ii) um sentimento de não ter voz activa e de impotência em relação às instituições da sociedade e do estado e iii) a vulnerabilidade a choques adversos ligada à capacidade de lhes fazer face através de relações sociais e das instituições legais. As nossas próprias observações e as percepções das próprias pessoas expõem a pobreza como uma condição multidimensional. Nos musseques de Luanda *tudo* tem um preço elevado e “há dinheiro em circulação mesmo entre os pobres”, como afirmou um Padre local. Sem dinheiro as pessoas simplesmente não sobrevivem, dado que tudo tem de ser comprado e a maioria das relações sociais são “comerciáveis” no sentido de que os serviços e favores têm geralmente de ser pagos.

Quando pedido a homens e mulheres dos Grupos Focais que definissem o que “pobreza” significava para eles, listaram condições que afectam as suas vidas diárias e as opções para levarem aquilo que chamam “uma vida digna” num contexto urbano. “Os pobres não têm um forno nem colchões e não possuem televisão nem frigorífico – Só comem uma vez por dia e comem coelho, jimboa e caboenha (vegetais baratos) – Não conseguem pagar a escola dos seus filhos e os filhos brincam no lixo para encontrar algo para comer – Quando adoecem não têm dinheiro nem sequer para comprar *paracetamol* – As crianças têm roupas rasgadas – Pode-se ver, pela forma de se apresentar, que as pessoas são pobres.”

Quando solicitados a listarem as características dos ricos, o grupo focal exclama: “*O rico tem tudo, não lhe falta nada!*”. “*Comem bem, têm uma bela casa e um bom carro, frigorífico, televisão, ar condicionado, água corrente, têm boa aparência e usam maquiagem – Estudam em escolas caras, rezam e têm acesso a clínicas (que são a alternativa privada aos hospitais públicos que não funcionam) – Não fazem as suas compras em mercados ao ar livre mas sim em supermercados – E vão à praia no fim-de-semana e de férias*”.

Os grupos focais no Wenji Maka II distinguiram também diferentes níveis de pobreza (o ‘pobre-pobre’, ou *katikiamputu* e o ‘pobre normal’, ou *ohukui*) e de riqueza – separando o ‘número um’ a que chamam Isabel (a filha do ex-Presidente Eduardo dos Santos); o super-rico ou *ricaço* e os ricos ou *bossangas*. No Paraíso, o termo local para os extremamente pobres é *pulungo* (em Kimbundu) ou *wahepa* (em Nyaneka/Nkhumbi) e para os pobres normais *Ngadiama* e *ochihepi*. As histórias relatadas mostram que é difícil passar de uma categoria para outra – excepto que as pessoas com posses podem subitamente perder tudo quando “*gastam muito dinheiro*”, “*são roubadas*” ou “*enfeitiçadas*”.

Quando lhes foi perguntado quantas pessoas pertenciam às diferentes categorias na comunidade/vizinhança imediata, tanto no Wenji Maka II como no Paraíso concordaram que em cada 10 agregados familiares, nove são pobres e um é rico – muito longe das estatísticas oficiais de 11,5% (INE 2013). O Paraíso faz mais uma distinção entre os pobres, definindo os seis primeiros como destituídos e os outros três como pobres, enquanto o Wenji Maka II reconheceu sete como destituídos e dois como pobres. Isto indica o quanto as percepções da pobreza são relativas: como veremos, as pessoas do Wenji Maka II estão em geral em melhor situação do que as do Paraíso, mas são constantemente lembradas da sua condição por viverem paredes meias com bairros mais luxuosos como Alvalade. No que respeita aos ricos, as pessoas referiram que as pessoas da categoria “rico normal” só vivem no Wenji Maka II e no Paraíso – apontando para “a cidade” como a área dos super-ricos.

### Ilustração 11: Classificação da Riqueza

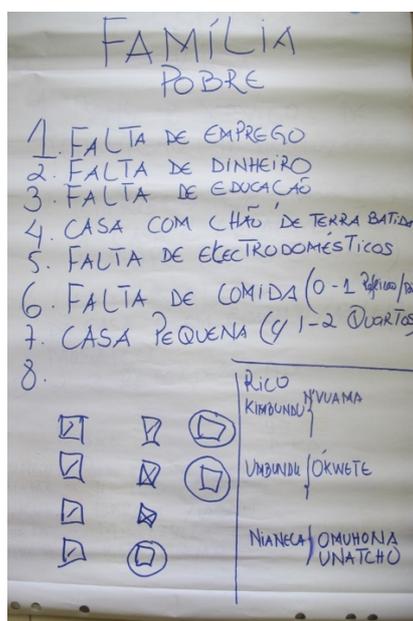


Foto: Iselin Strønen

## 4.2 O agregado familiar

A análise tomará como ponto de partida o agregado familiar enquanto unidade de tomada de decisões, a fim de verificar a forma como as pessoas nas comunidades lidam/se relacionam com os constrangimentos e oportunidades estruturais políticos, económicos e sócio-culturais. Definimos um agregado familiar como “uma ou mais pessoas que partilham e usam os mesmos recursos [i.e. comem da mesma panela] e que podem viver ou não debaixo do mesmo tecto e que podem estar ou não estar relacionadas por parentesco” a fim de captar a complexidade e a permeabilidade dos agregados familiares (Randall e Coast 2015).

As pessoas/agregados familiares dos quatro bairros têm diferentes antecedentes/origens etno-linguísticos, com as suas próprias tradições de parentesco e organização familiar (patrilinear/matrilinear, patrilocal/matrilocal, etc.). No entanto os contextos urbanos densos e tensos, como Luanda, têm fortes implicações para o que é possível – tornando-se necessário que os agregados familiares se adaptem. Talvez que o desafio mais imediato para a grande maioria dos moradores urbanos seja a questão do espaço: partindo de um contexto rural com amplo espaço/habitações, as pessoas nos musseques têm de se relacionar com espaço vital limitado em comunidades apinhadas.

A forma mais comum de organização do agregado familiar é a cohabitação (ver a Tabela).<sup>16</sup> Embora seja fácil de estabelecer e geralmente sem o envolvimento da família alargada e sem dote da noiva ou *alambamento*, também envolve menos compromisso e é mais fácil de dissolver. A prevalência do “casamento tradicional” reflecte o facto de muitos agregados familiares serem a primeira geração urbanizada, cujo casamento se realizou na sua área rural de origem. Em contextos urbanos como Luanda, a proporção relativamente limitada de agregados familiares mono-parentais diz algo acerca das dificuldades económicas e da importância de múltiplas fontes de rendimento para sobreviver. Deparamos com várias mulheres que argumentavam que viviam uma relação difícil, mas precisavam do homem por causa do rendimento e da segurança.

TABELA 10: Estado civil do chefe do agregado familiar

Estado civil do chefe do agregado familiar	Luanda
Solteiro	8.4
Casamento formal	6.5
Casamento tradicional	31.5
Cohabitação	40.5
Divorciado/separado	4.4
Viúvo	8.8

Fonte: LBS16

A combinação de tradição e dificuldades económicas é a principal razão para o relativamente grande tamanho dos agregados familiares com uma média de 6,4 membros (ver a Tabela). Nestes agregados familiares, geralmente chefiados por homens, notámos a presença de filhos dos seus irmãos ou irmãs (sobrinhos e sobrinhas), além dos filhos biológicos do casal, bem como de alguns netos. A ordem normativa da maioria dos grupos étnicos de Angola, no que respeita à sucessão

<sup>16</sup> Todas as tabelas/figuras subsequentes são do “Estudo de Base de Luanda 2016” feito como parte do actual projecto, salvo indicação em contrário.

do poder e à herança material, coloca os sobrinhos/sobrinhas na linha sucessória como legítimos herdeiros dos seus pais-tios/tias.<sup>17</sup> Eles são também seus para criar e educar.

TABELA 11: Composição do agregado familiar

Características do agregado familiar	Luanda
Tamanho médio do agregado familiar (número)	6.4
Homens/mulheres nos agregados familiares (%)	48.6/51.4
Membros do agregado familiar entre 1 e 14 anos (%)	46.5
Membros do agregado familiar com mais de 65 anos (%)	1.8
Chefia masculina/feminina do agregado familiar (%)	77.2/22.8
Agregados familiares polígamos (%)	17.8

Fonte: LBS16

Tendo a maioria das habitações apenas uma ou duas divisões (ver abaixo) o grande tamanho dos agregados familiares implica viverem apinhados. Além da família nuclear com mãe, pai e filhos, há uma pressão para receber membros da família alargada, bem como pessoas não pertencentes à família.<sup>18</sup> Muitas destas pessoas vêm das áreas rurais de origem. 6% dos membros do agregado familiar – normalmente crianças – moram fora da habitação, mas “comem da mesma panela”.

Como anteriormente assinalado, há uma considerável incerteza sobre a proporção de agregados familiares chefiados por mulheres em Angola/Luanda (ver a Secção 1.2). Embora isto reflecta parcialmente a diferença entre definições *de jure* e *de facto*, os nossos estudos de caso revelam o quão complexa é esta situação: é muito comum com relações fora da união conjugal (*amantes*) e, conseqüentemente, muitas mulheres e homens podem ser casados e fazer parte de outra relação. Isto está reflectido na proporção de chefes masculinos de agregados familiares que dizem ter mais do que uma esposa (17,8%), num contexto em que a poligamia, no sentido formal/tradicional, não é comum.

As mulheres geralmente chefiam as famílias quando são separadas ou divorciadas, viúvas, segundas esposas, ou têm um marido que está desempregado e/ou é pobre (*‘Pacheco’* ou *‘Matoso’* no vernáculo local). A maioria das mulheres separadas ou divorciadas da nossa amostra não

<sup>17</sup> O novo ordenamento jurídico de Angola que emana do Estado, inspirado na lei romana-germânica, contradiz esta lei consuetudinária.

<sup>18</sup> Infelizmente não temos dados sobre a composição mais detalhada dos agregados familiares em termos de membros da família nuclear (mãe, pai, filhos), da família alargada (pais, irmãos, sobrinhos, sobrinhas, sogros do chefe, etc.) e membros não pertencentes à família. O raciocínio baseia-se em estudos de caso individuais (ver abaixo) e declarações orais dos inquiridores que realizaram o estudo.

contam com nenhum apoio dos seus ex-maridos, que geralmente as trocaram por outra mulher. De um modo geral, os ex-maridos também não contribuem para o sustento dos filhos, seja para alimentação ou para outras necessidades sociais, de saúde ou educação.

Algumas das chefes de agregados familiares divorciadas ou separadas beneficiam de uma protecção culturalmente necessária: encontram um lugar na casa da sua família alargada. Esse lugar pode ser um anexo da casa principal onde vivem com os seus filhos até as famílias do casal separado conseguirem reconciliá-lo, ou até a mulher partir para outra relação. As mulheres que não beneficiam da protecção da sua família alargada – o que é a maioria dos casos – vêem-se em dificuldade para prover à educação e sustento dos seus filhos.

Em linha com as constatações da mais recente antropologia urbana (Bank 2015, Tvedten 2011), ser mulher chefe de um agregado familiar em Luanda parece, pelo menos em parte, ser uma questão de escolha. No nosso estudo o Catambor – que tem os melhores indicadores sócio-económicos entre os quatro bairros – tem também a proporção mais alta de agregados familiares chefiados por mulheres (38,1%). Enquanto as mulheres pobres são, por razões económicas, forçadas a permanecer em uniões conjugais difíceis, as mulheres que são economicamente independentes preferem muitas vezes não casar ou separar-se do seu esposo.

No Wenji Maka II deparámos com três casos em que as mulheres eram consideradas as chefes dos agregados familiares, apesar de viverem com os seus maridos. A primeira mulher afirmou isso na presença do seu marido, dizendo ser ela quem sustentava o agregado familiar e cuidava dos filhos. A segunda mulher disse que o marido tinha duas esposas e que ela era quem mais contribuía para as necessidades da família. E a terceira argumentou que era a chefe porque o seu marido estava desempregado e não trazia rendimento para a família. Nos últimos dois casos a “chefia” foi confirmada pelos vizinhos.

46,5% dos membros do agregado familiar têm menos de 15 anos de idade. Isto reflecte uma alta taxa de nascimento e relativamente baixa taxa de mortalidade infantil em Luanda (UNICEF 2015), mas também a pressão sobre os agregados familiares urbanos para tomarem conta de familiares jovens, como os netos, sobrinhos e sobrinhas acima mencionados (a idade média dos chefes dos agregados familiares do estudo é de 46,1 anos).

Ao mesmo tempo, só 1,8% dos membros do agregado familiar têm 65 anos ou mais – o que coincide com o número oficial para Luanda e é o mais baixo do país. Isto reflecte uma combinação de crescentes dificuldades, em que os agregados familiares não são capazes de cuidar dos membros idosos (improdutivos) e há a seguir à paz melhores opções de retorno às

aldeias de origem e melhores infra-estruturas.<sup>19</sup> Ambas contradizem as ideias tradicionais de como os anciãos devem ser tratados: com respeito e o direito de ficar com os seus filhos e brincar com os seus netos.

A marginalização de membros do agregado familiar é evidente no grande número de jovens e crianças que vivem na rua e noutros espaços públicos e que sobrevivem através da mendicidade, roubo, assaltos e prostituição. A única relação que têm é muitas vezes com as pessoas na sua 'retaguarda' (geralmente são homens), que facilitam/controlam as suas actividades e recolhem a maior parte do lucro. O grande número de destituídos visível em Luanda em geral e nos bairros em estudo atesta a desintegração social entre partes da população dos bairros.

Nos quatro bairros os agregados familiares enquanto unidades sociais e económicas, apresentam assim características aparentemente contraditórias: são grandes e superlotados, com muitas bocas para alimentar, mas também grandes e flexíveis e em consequência estão, potencialmente em posição de enfrentar os desafios de ganhar a vida no competitivo e difícil ambiente económico de Luanda. Até que ponto o conseguem depende da combinação de posição sócio-económica/classe e composição do agregado familiar/redes sociais. Eis algumas das mulheres que contactámos durante o trabalho de campo:

- Roberta tem 28 anos de idade, reside no bairro de Wenji Maka II há dois anos, tem 2 filhos e trabalha como funcionária de limpeza numa instituição pública.
- Mingota tem 30 anos de idade, mora há três anos no bairro, tem 3 filhos pequenos que não estudam e o marido está desempregado.
- Madalena vive em união de facto e reside no bairro Wenji Maka II desde 2005, tem 4 filhos e vende no mercado.
- Beatriz tem 37 anos de idade, é casada e tem 5 filhos. Mora há nove anos no bairro e é zungueira de roupa e pão.
- Kenge Mabita tem 38 anos de idade e mora no bairro desde 2015; é casada e trabalha como empregada doméstica. Tem 2 filhos, um dos quais vive em Kinshasa (RDC) e estuda Direito na Universidade.
- Maria Angela tem 57 anos de idade, 5 filhos e um neto e é empregada doméstica.
- Isabel é casada e tem 59 anos de idade, mora no bairro desde 2005, tem 4 filhos e vende à porta de casa.
- Dona Ngueve é mãe de 6 filhos, casada e mora no bairro Kalawenda há um ano. É enfermeira de formação mas actualmente trabalha como recepcionista num posto de saúde privado. Está há pouco tempo no bairro, por isso não tem relações com as vizinhas.

---

<sup>19</sup> Também observámos algumas pessoas idosas nas ruas e aparentemente sem um lugar para viver, mas estas não são captadas pelo nosso estudo (nem por qualquer outro estudo).

- Dona Branca tem 54 anos de idade. Faz parte da coordenação e mora no Kalawenda há mais de 15 anos. Vivia anteriormente numa casa alugada e pouco tempo depois comprou o terreno onde mora a uma senhora camponesa. O bairro surgiu resultante da venda de terrenos pelos camponeses e a maior parte dos moradores eram deslocados de outras províncias.

O bem-estar dos indivíduos membros do agregado familiar depende também das relações intra-agregado familiar e de até que ponto o rendimento é posto em comum/partilhado. Embora o nosso estudo indique um grau de tomada conjunta de decisões (ver a Tabela), numerosas entrevistas revelaram que os homens, em agregados familiares chefiados por homens, dominam os recursos económicos da família alargada ao ponto de muitas mulheres não saberem quanto ganha o seu marido e como gasta o dinheiro. Nos casos em que o marido é o principal ganhador, é comum que a sua esposa/cohabitantes recebam “semanadas” (Sassa 2014) para as despesas com comida, educação, etc. Uma mulher queixou-se que quando o seu marido vem para casa a repreende por não ter mais comida na mesa – sem reconhecer que é tudo quanto ela consegue com o dinheiro que ele lhe dá.

TABELA 12: Decisões sobre o uso do rendimento do agregado familiar

Tomador(es) de Decisões	Percentagem
Chefe do agregado familiar (CAF)	59.9
Esposa do CAF	10.0
Casal em conjunto	23.8
Outro	5.7
Em falta/Não aplicável	0.6

Fonte: LBS16

À partida há poucas indicações de que as relações de género intra-agregado familiar estejam a mudar, sendo as raparigas e os rapazes ainda vistos como tendo responsabilidades muito diferentes (ver a Tabela). Nos quatro bairros chamava a atenção a forma como os rapazes dominavam as ruas/espço público sendo as raparigas vistas muito mais raramente – excepto quando trabalham nos mercados com as suas mães ou sozinhas.

TABELA 13: Membros do agregado familiar responsáveis pelas tarefas domésticas

Tarefa do agregado familiar	Chefe do agregado familiar	Esposa	Raparigas	Rapazes	Outros*
Limpar a casa	8.1	33.0	37.8	4.2	16.9
Limpar o quintal	7.9	31.3	39.5	3.3	18.0
Cozinhar	9.2	40.1	38.8	1.9	10.0
Ir buscar água	7.7	25.5	26.9	11.7	28,2
Comprar comida	17.8	43.2	23.2	1.5	14,3
Lavar os pratos	6.1	25.3	44.1	5.4	19.1

Fonte: LBS16. \*Inclui o casal em conjunto, todas as crianças, todo o agregado familiar e pessoas de fora do agregado familiar.

Em contextos urbanos como os bairros em estudo, a família alargada tende a perder muito do seu papel tradicional. Os principais membros da família podem viver noutras áreas (frequentemente em áreas rurais) e pessoas pobres têm pouco para partilhar e não podem dar-se ao luxo de ter créditos em dívida. Mesmo assim as pessoas lutam duramente para manter instituições como celebrações pelo nascimento dos filhos (incluindo o baptismo), casamentos e funerais, a fim de reafirmarem a sua posição na família e na comunidade. De facto, o derradeiro sinal de pobreza e destituição é não ser capaz de realizar nenhuma destas cerimónias.

### 4.3 Emprego, rendimento e bens

Luanda é uma das cidades mais caras do mundo e, com o quase colapso das relações rurais-urbanas, a comida e outros produtos básicos têm em geral sido importados. Os agregados familiares têm tido também opções limitadas de manter relações com a sua área rural de origem/com os parentes devido à guerra (até 2002) e aos elevados custos do transporte. As relações sociais dentro dos bairros/quarteirões também se tornaram comerciáveis: dado que praticamente tudo tem de ser comprado, as pessoas não se podem permitir emprestar/ter créditos em dívida excepto com a família imediata.

Este é o drama da pobreza urbana (Allison et al. 2009, Hickey e du Toit 2013): as pessoas que não conseguem obter rendimento numa base regular também não têm acesso a terra agrícola/comida e geralmente não têm uma rede de protecção social compreendendo a família, vizinhos e amigos. Por esta razão, ser pobre conduz facilmente à destituição – como pode ser testemunhado em todos os quatro bairros (os destituídos dificilmente são visíveis nas partes formais/abastadas de Luanda, como resultado de leis aprovadas e implementadas que consideram isto uma ofensa)

### Ilustração 12: Vendendo e comprando peixe para os bairros



Foto: Mateus Agostinho

Tudo isto significa que emprego e rendimento se tornam vitais para a estratégia de sobrevivência do agregado familiar e as dinâmicas da pobreza e bem-estar. Mesmo com um salário normal de funcionário público ou no sector privado (o qual geralmente está próximo do salário mínimo), um agregado familiar dependerá de várias fontes de rendimento para sobreviver.

### Emprego

A Tabela abaixo revela que aproximadamente 25% dos chefes de agregados familiares trabalham no sector privado, geralmente como construtores/operários e empregados domésticos para uma empresa privada ou para um patrão. Aproximadamente 20% trabalham na função pública, normalmente como trabalhadores (qualificados ou não qualificados), professores ou enfermeiros. A proporção de chefes de agregados familiares que trabalham por conta própria, com ou sem empregos, é mais baixa, mas a maioria dos agregados familiares entrevistados tem outros membros da família (esposas, filhos, filhas, etc.) que trabalham no sector informal. 8,4% dos agregados familiares afirmam ter acesso a/posse de um terreno agrícola, mas só 1,9% tem a agricultura como principal ocupação.<sup>20</sup> O Paraíso, sendo o mais pobre dos quatro bairros, tem também o nível mais alto de desemprego.

---

<sup>20</sup> Surpreendentemente – dado o grande número de pescadores artesanais na área e a potencial “dupla vantagem” de pescar para consumo e para venda – apenas 0,6% dos agregados familiares praticam a pesca.

TABELA 14: Ocupação principal do chefe do agregado familiar (Percentagem)

Item	Catambor	Paraíso	Kalawenda	Wenji Maka II	Total
Funcionário público	22.9	13.2	23.0	18.6	20.9
Sector Privado	24.6	26.4	23.8	24.6	24.8
Agricultor	0.8	3.3	3.3	0.0	1.9
Trabalhador por conta própria, com empregados	4.2	2.5	3.3	5.9	4.0
Trabalhador por conta própria, sem empregados	7.6	12.4	11.5	11.0	18.6
Trabalhador sazonal	1.7	3.3	1.6	4.2	2.7
Estudante	0.0	0.0	0.0	1.7	0.4
Desempregado	11.0	17.4	11.5	10.2	12.5
Reformado	7.6	2.5	1.6	2.5	3.6
Doméstico	5.1	2.5	3.3	2.5	3.3
Outro *	5.9	4.1	9.0	9.3	7.1
Em falta/Não aplicável	0.0	0.8	0.0	0.0	0.2

Fonte: LBS16. \* Principalmente especificações de várias formas de comércio informal.

Em consonância com o nosso argumento da necessidade de os agregados familiares procurarem múltiplas oportunidades de emprego, a Tabela abaixo demonstra a variedade das fontes de rendimento.<sup>21</sup> A proporção de agregados familiares com rendimento proveniente de emprego formal nos seis meses anteriores à entrevista (38,4%) é mais baixa do que a proporção de chefes de agregados familiares que afirmam que a sua principal fonte de rendimento vem do emprego no sector público ou privado (ver acima). Isto reflecte a insegurança no emprego, sendo frequente as pessoas serem temporariamente dispensadas/ ficando sem trabalho e o pagamento atrasado. Em termos de proporção de agregados familiares envolvidos, vários tipos de ocupações informais são, de longe, os mais comuns. 33,6% têm pelo menos um membro do agregado familiar que é comerciante informal (*vendedor*), 7,7% fazem transportes com carrinhos de mão (*doleiros/roboteiros*) e o grosso da categoria “outras” inclui outros tipos de actividades informais.

<sup>21</sup> Cada agregado familiar podia listar mais do que uma fonte.

TABELA 15: Fontes de rendimento nos seis meses anteriores à entrevista (Percentagem)

Fonte de Rendimento	Percentagem
Emprego formal	38.4
Condução de camiões	4.6
Enfermagem	5.0
Produção de carvão	3.5
Venda de bebidas	4.2
Dono de loja	7.1
Empregado doméstico	11.9
Comerciante	33.6
Muambeira(o)	3.8
Proprietário	6.6
Construtor	4.8
Pedreiro	10.0
Carpinteiro	4.0
Serralheiro	4.2
Electricista	4.8
Motorista de táxi	6.7
Transportes com carrinho de mão	7.7
Outra *	38.6

Fonte: LBS16. \* Principalmente especificações de vários tipos de comércio informal.

Há nos bairros uma gama de actividades de comércio e serviços informais que inclui:

*Mercados de rua:* Geralmente com menos de 90 metros quadrados, são locais onde os residentes destes bairros desenvolvem as suas actividades comerciais informais. Vendem produtos alimentares, detergentes de uso doméstico, bebidas, roupas e mais, mas tudo em pequenas quantidades. No Catambor o principal mercado fica localizado na Rua dos Candeeiros, em Kalawenda na Rua da Vermelha, no Paraíso na Rua da Administração e no Wenji Maka II ao longo da estrada principal e no fim da Rua Amor e Paz.

*Vendas à porta de casa:* Alguns agregados familiares vendem mercadorias aos transeuntes à porta das suas próprias casas, incluindo *bombó*, amendoim torrado, pãozinhos, peru assado, biscoitos e empanadas. No Paraíso e no Kalawenda as bancas que observámos eram muito

pequenas e com comida mal conservada, em comparação com as do Catambor e do Wenji Maka II.

*Lojas:* Geralmente são espaços alugados com um comerciante estrangeiro, normalmente originário do Mali, Senegal, Guiné Conacre, Nigéria ou Mauritânia.<sup>22</sup> Vendem produtos básicos a retalho como géneros alimentícios, bebidas não alcoólicas, sabão, brinquedos e outros. Estes estrangeiros são os agitadores e impulsionadores do pequeno comércio nestes bairros e formam redes fechadas onde os locais são, no máximo, ajudantes de balcão.

*Bares em casa:* Aqui as pessoas destilam e vendem bebidas alcoólicas como a *capuca* e o *quimbombo* a pessoas muito pobres “*para poderem esquecer os seus problemas (malambas) na vida*”. Todos os bares situados em casa que observámos no Paraíso, Catambor, Kalawenda e Wenji Maka II são muito precários e não têm condições apropriadas para os clientes.

*Barracas de comida/quiosques (lanchonetes):* Estes são espaços de lazer onde são vendidas bebidas fabricadas industrialmente (cerveja, vinho e refrigerantes) e alguns aperitivos. No Paraíso e no Kalawenda a maioria das barracas de comida que observámos não ofereciam condições adequadas para as pessoas se sentarem e estarem confortáveis, ao contrário das *lanchonetes* no Catambor e no Wenji Maka II.

*Serviços de táxi.* Com excepção do Catambor, observámos muitas motocicletas, ou “*turismos*” que transportavam pessoas e mercadorias – popularmente referidas como “*acaba de me matar*”, dado que são muito velhas e desconfortáveis. Os donos são muitas vezes oriundos de partes da cidade em melhor situação que contratam pessoas da comunidade como motoristas. Um dos donos de táxis entrevistados disse-nos: “*actualmente tenho quatro motocicletas na estrada. Para uma delas o contrato com o jovem motorista está a chegar ao fim, altura em que ele passará a ser dono da motocicleta. Vai pagar-me 15.000 kwanzas semanais e o nosso contrato tem a duração de dois anos.*”

---

<sup>22</sup> Influência e expansão do islamismo por via do pequeno comércio articulado em várias partes da cidade. Nalguns casos os moradores desses bairros alugam as lojas a cidadãos estrangeiros originários da África Ocidental, mais conhecidos na gíria luandense por “*mamadús*”.

'Maria' tem 30 anos, nasceu em Sambizanga 'com muita pobreza' e mudou-se para o Paraíso com o seu namorado (agora marido) em 2006. Têm cinco filhos com onze, dez, oito, seis e um ano de idade. Três deles frequentam escolas públicas e um frequenta um colégio. O marido trabalha como electricista (originalmente para a Cimangola, mas agora para uma empresa privada onde 'só é pago quando há trabalho'). Quando chegaram ao Paraíso, Maria trabalhou como comerciante de pequena escala/ambulante, vendendo vegetais, peixe e pequenos sacos de plástico com água para as pessoas beberem, e ganhava "muito pouco". No entanto em 2009 foi apresentada a uma senhora que vende roupas em segunda mão no mercado da Ecocampo. Deram-se bem e Maria tem um contrato com a senhora. A comerciante 'vai à China talvez uma vez por mês' e Maria vende as roupas no mercado, afirmando que as vende todas facilmente. Sai de casa todos os dias às cinco horas da manhã e ganha 15.000 Kz por mês mais 1.000 Kz para o táxi e 500 Kz diárias para almoçar. Volta para casa cerca das três horas da tarde, executa as tarefas caseiras do agregado familiar e 'eu estudo à noite'.

## Rendimento

As respostas ao estudo sobre o rendimento do agregado familiar situam-se geralmente entre as menos confiáveis: as pessoas podem não saber a remuneração exacta, particularmente no caso em que a entrevistada é a esposa do chefe do agregado familiar; o casal pode ter problemas para avaliar o rendimento médio durante um período específico de tempo (neste caso, um mês), num contexto em que este pode variar significativamente de dia para dia; ou podem querer reduzir o seu rendimento na expectativa de que isso lhes possa trazer alguma espécie de apoio.

No actual estudo, 61,5% dos agregados familiares responderam dizendo terem tido rendimento no mês anterior, enquanto 38,5% declararam não ter tido qualquer espécie de rendimento. A proporção de agregados familiares com rendimento é mais alta entre os agregados familiares chefiados por homens é de 57.514,29 kwanzas do que entre os chefiados por mulheres de 31.903,30 kwanzas. Os rendimentos médios dos que recebem remuneração é de 66.648,15 kwanzas mensais (ver a Tabela), sendo o rendimento registado dos agregados familiares chefiados por mulheres correspondente a 55% do rendimento das suas contrapartes masculinas. Confirmando a nossa impressão geral das diferenças de pobreza e bem-estar entre os quatro bairros, o rendimento médio no Catambor e no Wenji Maka II é mais alto do que no Paraíso e no Kalawenda.

TABELA 16: Rendimento médio por bairro de residência (em kwanzas)

Item	Catambor	Paraíso	Kalawenda	Wenji Maka II	Total
Rendimento médio	84686.44	44136.78	58218.03	79551.36	66648.15

Fonte: LBS16

A maioria das pessoas tem uma situação de emprego precária e trabalha como biscateiro, vendedores de rua (*zungueiro/a*, *matocheiro* e *lotador*),<sup>23</sup> professores, guardas de segurança, pedreiros, carregadores de bagagem ou fazem transportes em carrinhos de mão (*roboteiros*).<sup>24</sup> Um entrevistado que presta trabalho assalariado afirmou: “*Eu só faço 25.000 kwanzas por mês e quando compro comida para a casa não sobra dinheiro nenhum além de uns trocos para tomar algumas bebidas. Aí, eu agradeço a Deus a força que ainda tenho (para trabalhar), já que se esta máquina pára [i.e. ele próprio], tudo pára também.*”

Ao mesmo tempo só 21,3% dos agregados familiares dizem ter recebido apoio externo, num valor médio de 19.287,75 kwanzas mensais (principalmente da família alargada, mas alguns recebiam apoio dos vizinhos e do INSS).<sup>25</sup> A proporção dos que recebiam apoio externo é mais alta entre os agregados familiares chefiados por mulheres (31,3%) do que entre os chefiados por homens (31,3%).

O rendimento para agregados familiares chefiados por homens e por mulheres mencionados acima é demasiado baixo, considerando o nível de preços em Luanda – e é provável que não reflecta todo o rendimento real, dado o nível de despesas reportado pelos agregados familiares (ver abaixo). Todavia, as respostas testemunham uma situação económica muito difícil e o que é difícil ser pobre e marginalizado no denso e tenso contexto dos musseques.

Além do mais, embora seja difícil imaginar como pode um agregado familiar sobreviver um mês sem nenhum rendimento, excepto o que possa resultar de troca, mendicidade e roubo, o grande número de agregados familiares que afirmam não ter rendimento reflecte a pobreza e o sentimento de marginalização entre alguns dos agregados familiares mais destituídos. Testemunhámos vários agregados familiares com membros sentados dentro ou fora da sua habitação/barraca, aparentemente apáticos e parecendo ter desistido – reflectindo uma ‘cultura de pobreza’.

## Despesas

Passando para as despesas, praticamente todos os agregados familiares (93,9%) gastaram dinheiro em comida na semana anterior à entrevista, demonstrando novamente a dependência do dinheiro nos agregados familiares urbanos sem acesso aos seus próprios produtos agrícolas (ver a Tabela). Mais de 50% também despendem dinheiro em produtos de limpeza, transporte e água. Isto reflecte a luta diária das pessoas para manterem um espaço privado higiénico/limpo e, desse modo, também a sua dignidade, procurar trabalho fora do seu bairro/quarteirão imediato onde as possibilidades de emprego são muito escassas, e as implicações de ter de

---

<sup>23</sup> *Matocheiro* é uma pessoa que se identifica como intermediária. No mercado informal, ele/ela arranjará clientes para os lojistas/comerciantes. Os *lotadores* (ou *chamadores*) são indivíduos que trabalham nas paragens de táxi/autocarro chamando os passageiros e instigando-os a entrar (ou, mais propriamente, a encher o carro de passageiros).

<sup>24</sup> Um *roboteiro* trabalha no mercado informal e transporta mercadorias com um carrinho de mão. Os *roboteiros* podem também ir buscar peixe à praia e transportá-lo para os mercados.

<sup>25</sup> Instituto Nacional de Segurança Social. Nenhum agregado familiar recebeu ajuda de uma OBC/ONG.

comprar água num contexto em que o sistema público de abastecimento de água ou não está instalado (como no Paraíso) ou está em grande parte avariado (como no Catambor). A grande proporção de agregados familiares com despesas de comunicação reflecte a importância que os telemóveis adquiriram, num contexto em que pode ser vital estar no lugar/mercado certo, na hora exacta para comprar os produtos mais baratos e obter o melhor preço para os produtos a vender.

TABELA 17: Agregados familiares com despesas com bens de consumo essenciais, na semana anterior à entrevista (Percentagem).\*

Item	Percentagem
Comida	93.9
Produtos de limpeza	81.0
Renda	11.9
Roupas	9.4
Água	54.3
Material escolar	29.0
Iluminação	32.8
Pilhas	35.5
Medicamentos	35.1
Transporte	57.4
Televisão	27.1
Empregada doméstica	2.7
Comunicação	42.8
Outro	6.7

Fonte: LBS16. \* Cada agregado familiar podia listar mais do que uma despesa.

Em termos de consumo de comida (ver a Tabela), o arroz/papa, o peixe, o feijão e o pão representam os alimentos básicos para a grande maioria dos agregados familiares nos quatro bairros. O peixe é principalmente o carapau, que é pescado fora da costa angolana em grandes quantidades e relativamente barato de adquirir. O arroz é em grande parte importado, mas com a crise económica parece haver um uso crescente de farinha produzida localmente – particularmente de mandioca.

Só 31,5% e 31,7% dos agregados familiares tinham comido carne ou frango – que é o género alimentício mais cobiçado – na semana anterior à entrevista. A compra e venda de comida tem lugar principalmente nos grandes mercados como o ‘Congolenses’, onde as quantidades são maiores e os preços mais baixos (Mendelsohn 2015). Os comerciantes informais compram e transportam comida para os bairros, para a vender por um preço mais alto aos moradores que não são capazes de deixar o musseque (como as mães com filhos pequenos) ou que não podem dar-se ao luxo de ir aos mercados centrais. Também neste caso, é dispendioso ser pobre.

TABELA 18: Consumo de produtos alimentares básicos na semana anterior à entrevista (Percentagem)

Produto de consumo	Percentagem
Carne	31.5
Frango	31.7
Peixe	91.0
Arroz	92.9
Verduras/feijão	92.1
Pão	92.3
Leite	34.5
Ovos	39.9
Fruta	53.2

Fonte: LBS16

Os agregados familiares do estudo dizem que gastam uma média de 26.972 kwanzas por semana, o que soma 107.888 kwanzas mensais. Isto é mais do que o rendimento mensal reportado de 64.505 Kz para os agregados familiares chefiados por homens e 35.477 Kz para os chefiados por mulheres (ver acima) – o que pode ser explicado por uma combinação de sub-declaração do rendimento (ver acima) e variações nas despesas semanais consoante as variações do rendimento de actividades económicas informais imprevisíveis. Seja como for, tanto o rendimento como as despesas são baixos, comparados com o alto custo de vida em Luanda na actual situação económica – com falta de mercadorias (importadas, bem como nacionais) e uma inflação galopante – o que mais uma vez sublinha a precariedade da vida das pessoas nos musseques.

**Ilustração 13: Comércio de Muito Pequena Escala**

Foto: Mateus Agostinho

**Bens**

A posse de bens – como reflectido na Tabela abaixo – conta-nos a história dos investimentos passados e presentes dos agregados familiares, bem como a prioridade concedida aos diferentes tipos de bens. O facto de 92,3% dos agregados familiares possuírem um telemóvel e 81,1% uma televisão, por exemplo, revela alguma coisa sobre a circulação de dinheiro, bem como do que podemos denominar uma ‘cultura de consumo urbana’. Ambos são artigos práticos para as pessoas comunicarem e se manterem informadas, mas são também indicadores de “modernidade” e “sucesso”. Outros indicadores/bens “urbanos e modernos” mais dispendiosos, como automóveis e motocicletas, só são possuídos por muito menos agregados familiares nos quatro bairros. Alguns itens adicionais “luxuosos”, como fogões a gás possuídos por 94% dos agregados familiares, reflectem o contexto específico de Luanda, com a escassez de carvão e lenha que são fontes de energia mais tradicionais.

TABELA 19: Posse de bens pelo agregado familiar (Percentagem)

Bem	Percentagem
Rádio	55.5
Televisão	81.8
Vídeo/DVD	52.4
Telefone	92.3
Relógio	48.0
Cama	82.7
Cadeiras	89.6
Mesa	82.7
Fogão eléctrico	0.2
Fogão a gás	94.0
Ferro de engomar	60.3
Frigorífico	50.9
Cadeirão	58.0
Lençóis	96.9
Bolsa	80.8
Cobertor	82.9
Cesto	86.4
Cortinas	93.5
Bicicleta	8.1
Motocicleta	8.6
Automóvel	17.1

Fonte: LBS16

## Habitação

Nos quatro bairros, o bem, de longe maior e mais importante, que os agregados familiares têm é a sua habitação: abriga os membros do agregado familiar, dá-lhes segurança tanto no sentido físico como económico, e uma casa adequada é provavelmente o mais importante indicador cultural de sucesso urbano. A definição das próprias pessoas (*emic*) da “aparência” de uma boa casa inclui a posse/titularidade da terra, a materialidade (blocos de cimento em vez de chapas de ferro), o tamanho (tamanho adequado e delimitações das divisões), um quintal (para actividades domésticas e sociais), bem como um muro para protecção e para garantir a privacidade.

## Ilustração 14: Uma casa bem acima da média



Foto: Mateus Agostinho

62,4% dos agregados familiares estudados afirmam possuir título de propriedade da sua habitação – e os restantes (22%) alugam a casa ou responderam “não” (15%). Não há diferenças significativas entre os quatro bairros ou entre agregados familiares chefiados por homens ou mulheres. No entanto, geralmente o “título de propriedade” não é uma aprovação formal ao nível apropriado da província ou distrito, mas sim (no máximo) um documento emitido pelas autoridades do bairro, como a Comissão de Moradores. A precariedade de *qualquer* título de propriedade é evidente pelo grande número de expulsões forçadas em Luanda na década passada, para abrir espaço para novos negócios de imobiliário (ver acima), bem como pelos casos individuais que encontramos no terreno.

TABELA 20: Direitos institucionalizados à terra/habitação (Porcentagem)

Item	Catambor	Paraíso	Kalawenda	Wenji Maka II	Total
Sim	29.7	37.2	39.3	43.2	62.4
Não	69.5	62.8	60.7	56.8	37.2
Em falta/Não aplicável	0.8	0.0	0.0	0.0	0.4

Fonte: LBS16

Gastrow (2017:25) argumenta que as pessoas nos *musseques* fazem distinções claras entre aquilo que referem como *casas de blocos* (casas de blocos de cimento) e *casas de chapa* (casas de chapa ondulada) – representando as primeiras permanência, modernidade e pertença e as últimas

transitoriedade/provisoriedade, atraso e pobreza. No entanto os dados globais para Luanda (INE 2016), bem como os dados do nosso próprio estudo, mostram que a grande maioria dos agregados familiares possuem ou arrendam casas de blocos de cimento (94,4%) – e muitos dos 2,1% que vivem em *casas de chapa* estão a ocupar a terra em nome do dono da terra.

Os factores mais distintivos que separam as pessoas em melhor situação das pessoas pobres, em termos de alojamento, são antes o tamanho da habitação/número de divisões e a existência ou não de um quintal com um muro/vedação. Uma grande habitação (de preferência num estilo “moderno”) torna possível alojar muitas pessoas e cumprir as obrigações económicas e sócio-culturais, e um quintal vedado assinala a propriedade da terra, alarga o espaço para interacção social e aumenta a segurança, quer não revelando o que possui o agregado familiar, quer tornando mais difícil forçar a entrada. Uma pequena casa de blocos de cimento num espaço aberto assinala pobreza e vulnerabilidade e reduz o estatuto sócio-cultural e a segurança.

O tamanho das habitações nos quatro bairros aparece na Tabela abaixo, mostrando que 55,8% dos agregados familiares vivem em uma ou duas divisões. Com uma média de 6,5 membros por agregado familiar, isto significa casas superlotadas, com implicações nas condições de vida e nas relações entre homens/mulheres e as diferentes gerações do agregado familiar.

TABELA 21: Número de divisões da habitação (menos a cozinha/guarda fatos)  
(Porcentagem)

Número de divisões	Porcentagem
1	29.7
2	26.1
3	26.5
4	10.7
5 ou mais *	6.7
Em falta/Não aplicável	0.4

Fonte: LBS16. \* Maior número de divisões 10

#### 4.4 Serviços Públicos/Sociais

Apesar dos dados oficiais favoráveis sobre a presença e uso de instituições públicas/serviços sociais em Luanda (ver a Secção 2.5), os dados dos quatro bairros em estudo dão uma imagem diferente: muitas pessoas sabem por experiência que os serviços públicos não são acessíveis e muitas das que dizem que são acessíveis não os utilizam (ver a Tabela). É particularmente notável

que tantos agregados familiares saibam que as principais instituições de saúde (incluindo maternidades), registo civil/identificação e polícia/tribunal simplesmente não estão disponíveis no seu bairro.

TABELA 22: Acessibilidade/uso das instituições públicas nos seis meses anteriores à entrevista.

Instituição pública	Não acessível	Acessível/usada	Acessível/não usada	Falta de informação	Pontuação da qualidade *
Creche	67.6	3.2	28.0	1.3	3.8
Escola primária (1-6)	8.1	61.3	29.2	1.4	3.5
Escola secundária (7-12)	27.1	36.4	34.8	1.7	3.6
Escola profissional	66.5	8.5	23.5	1.5	3.6
Universidade	89.6	4.6	4.6	1.3	3.9
Posto médico	30.3	38.9	28.7	2.1	3.5
Centro de saúde	44.6	29.6	24.2	1.5	3.3
Hospital	33.2	40.2	25.5	1.1	3.1
Maternidade	48.4	13.9	36.6	1.1	3.3
Fonte de água	35.0	53.7	9.9	1.4	3.0
Administr. Municipal	34.6	13.9	49.5	1.9	3.2
Registo civil	66.8	9.5	22.1	1.7	3.3
Identificação	62.9	9.0	27.0	1.1	3.2
Polícia	32.8	11.0	54.8	1.4	2.8
Tribunal	92.6	0.8	5.3	1.3	3.0

Fonte: LBS16. \*\*Foi pedido aos agregados familiares que pontuassem a qualidade de 1 a 5, para cada instituição, sendo 1 muito má e 5 muito boa.

Além disso, foi pedido aos agregados familiares que pontuassem a qualidade de cada instituição, de 1 (muito má) a 5 (muito boa). Embora provavelmente as respostas tenham sido influenciadas pela incerteza/medo das pessoas sobre como os dados iriam ser usados (e por isso atribuíam pontuações mais altas do que de outra maneira atribuiriam), a tendência é clara: i) as pontuações mais altas são atribuídas às instituições que as pessoas dizem ser de difícil acesso (creche, universidade), ii) as instituições da educação e saúde recebem pontuações intermédias, sendo as das primeiras um pouco melhores do que as das últimas e iii) as instituições relacionadas com a segurança e a lei (polícia e tribunal) têm as pontuações mais baixas.

### Ilustração 15: Habitação Pobre



Foto: Mateus Agostinho

### Educação

Conforme acima assinalado, os números oficiais de frequência escolar não refletem a realidade no terreno nos quatro bairros em estudo (ver a Tabela). Em termos de pré-escolaridade, entre os 53,5% dos agregados familiares que têm filhos em idade pré-escolar (3-5 anos), 75,5% das raparigas e 76,9% dos rapazes não frequentam qualquer tipo de pré-escola/creche. E entre os 78,7% dos agregados familiares com filhos em idade escolar (6-18 anos), 15,5% das raparigas e 14,4% dos rapazes não frequentam qualquer escola. Conforme se observa na Tabela, a maioria das crianças que frequentam a escola vão a escolas privadas ou colégios, havendo uma relativamente grande proporção de agregados familiares que combinam os dois.

TABELA 23: Tipo de escola frequentada

Tipo de escola	Percentagem
Escola pública no bairro/aldeia	15.5
Escola pública na comuna/centro do município	6.7
Escola privada (colégio)	39.0
Escola privada (comparticipada)	3.8
Combinação de escolas públicas/privadas	16.3
Em falta/Não aplicável	18.8

Fonte: LBS16

Olhando para o nível de educação dos chefes de agregado familiar – com uma idade média de 41 anos – cerca de metade não tem qualquer instrução ou tem como escolaridade da 1<sup>a</sup> à 6<sup>a</sup> classe, o que normalmente implica analfabetismo funcional (ver a Tabela). Ao mesmo tempo há diferenças significativas entre os agregados familiares chefiados por homens ou mulheres, não tendo respectivamente 6,1% e 34,6% qualquer tipo de escolaridade. Isto reflecte provavelmente o facto de haver menos probabilidade de as raparigas serem mandadas à escola do que os rapazes, mas também porque as mulheres pobres são incapazes de levar a educação escolar até uma fase mais adiantada. Ao mesmo tempo, porém, os nossos dados mostram que a maior parte dos agregados familiares chefiados por homens, bem como os chefiados por mulheres, têm membros escolarizados até à 10<sup>a</sup> classe ou mais – o que implica que as duas categorias de agregados familiares fazem o seu melhor para educar os seus filhos.

TABELA 24: Nível mais alto de educação do chefe do agregado familiar/no agregado familiar

Item	Nível mais alto de educação entre os chefes de agregados familiares	Nível mais alto de educação no agregado familiar
Nenhum	20.35	1.9
Da 1 <sup>a</sup> à 6 <sup>a</sup> Classe	28.25	6.3
Da 7 <sup>a</sup> à 9 <sup>a</sup> Classe	20	25.7
Da 10 <sup>a</sup> à 13 <sup>a</sup> Classe	14.9	33.8
Acima da 13 <sup>a</sup> Classe	5.95	11.5
Ensino profissional	1.05	1.3
Universidade	5.3	19.2
Em falta/Não aplicável	0.65	0.4

Fonte: LBS16

Dito tudo isto, há perguntas importantes a fazer acerca da qualidade da educação e até que ponto realmente abre portas para o emprego e rendimento. Conforme assinalado na Secção 2.5, as salas de aula nos musseques são de muito fraca qualidade, os professores raramente são devidamente qualificados e há falta de material de ensino/livros. Para muitas crianças dos quatro bairros em estudo, a escola é mais um lugar para estar do que um lugar para estudar. Não obstante, há exemplos de pessoas bem-sucedidas no sistema – conforme evidenciado pela relativamente grande proporção que frequentava a universidade (a grande maioria de agregados familiares com um filho na universidade é do Catambor e do Wenji Maka II).

Ao mesmo tempo, o problema nas escolas públicas está no sistema amplamente espalhado da pequena corrupção (*gasosa*), tanto quando os estudantes se matriculam pela primeira vez como quando transitam de classe. No sector de educação privado, o problema está ligado com as pessoas mais pobres não terem capacidade financeira para pagar as despesas do ensino. Como consequência, muitas crianças das famílias mais pobres perdem completamente a possibilidade de estudar – ou dependem de frequentar escolas informais que não dão quaisquer qualificações formais. A alternativa do ensino informal, ou *explicação* geralmente vai até à 3ª Classe e não dá acesso automático à 4ª Classe mesmo se os pais já estiverem em posição de poder pagar.<sup>26</sup> Resumindo, é muito difícil as crianças das famílias mais pobres obterem instrução, a qual – correcta ou incorrectamente – é vista como uma das poucas formas de sair da pobreza.

Ilustração 16: Sala de aula, Paraíso



Foto: Mateus Agostinho

## Saúde

86,1% dos agregados familiares tinham tido pelo menos um membro doente durante o mês anterior à entrevista do estudo. As doenças principais são a malária e a febre, mas 29,2% queixavam-se de terem tido casos de febre tifóide. Dor de dentes e de estômago são outras doenças frequentes (ver a Tabela). Aproximadamente 20% dos agregados familiares tiveram pelo menos um filho falecido antes dos cinco anos.

---

<sup>26</sup> Num outro bairro (Rocha Pinto) contacta-se a existência de algumas escolas informais (“Explicação”) que vão para além da 4ª classe, com uma dinâmica diferente das demais: primeiro, estas estabelecem relações com algumas escolas participadas ou colégios para lhes sejam garantidas a emissão de declarações e certificados para os seus alunos. Segundo, algumas dessas escolas informais identificam-se como filiais de outra escola participada ou colégio legalmente aceite, e outras evoluem para escolas participadas ou colégios.

Embora possam existir instalações médicas nos bairros em termos físicos (ver a Tabela acima), conforme anteriormente assinalado, encontram-se em muito más condições e normalmente não têm pessoal qualificado. Há também questões de corrupção graves.<sup>27</sup>No Paraíso há um Posto de Saúde (Público), cujo nome atribuído pela população é “FAS”, que apenas funciona de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas e, segundo os moradores, nos fins de semana as portas estão fechadas ao público. De acordo com um dos entrevistados, “*aqui nada funciona*”... “*FAS é um Posto de fachada*”, “*não tem nada*”... “*só serve para consultas e passar receitas*”. Esse Posto de Saúde debate-se com problemas de falta de medicamentos fundamentais na farmácia, falta ou carência de materiais de laboratório, os pacientes são levados a fazer análises fora, em clínicas privadas e laboratórios, assim como para comprar fármacos. Os pacientes que não têm dinheiro acabam desistindo.<sup>28</sup>

TABELA 25: Doenças entre os membros do agregado familiar no mês anterior à entrevista \*

Doença	Percentagem
Malária	40.9
Febre	66.0
Tosse	42.4
Vómitos	22.6
Diarreia	21.9
Febre tifóide	29.2
Cólera	1.3
Hipertensão	21.5
Acidente rodoviário	1.5
Dor de dentes	29.9
Dor de estômago	26.5
Outras	21.5

Fonte: LBS16. \* Os agregados familiares podiam listar mais do que uma doença

<sup>27</sup> Por exemplo, no caso concreto do Atestado Médico. Este é um documento muito solicitado pelas empresas e pelas escolas e os candidatos a uma das vagas são obrigados a apresentá-lo. O curioso está ligado ao facto de nenhum dos requerentes ser submetido a testes ou exames médicos nos centros e nos postos de saúde (as excepções são raríssimas), limitando-se apenas a pagar 1.500 kwanzas e a esperar pela entrega do referido documento, onde o médico assina e declara que o doente não tem nenhuma doença infecciosa ou outra. De facto, é um serviço médico mal prestado e fraudento.

<sup>28</sup> No bairro do Paraíso também há um Centro Médico Privado – “Esperança Domingos”. Esse Centro pode ser considerado como “um presente no sentido oposto” quando comparado com as condições (precárias) gerais das pessoas do bairro. Avaliado em mais de 200.000 USD (fundos próprios, sem apoio de nenhuma organização nacional ou internacional, na altura o centro estava “preparado para funcionar, mas ainda não funcionava porque aguardava pela autorização da Secção Municipal de Saúde de Cacucaco”.

Noutros bairros também há problemas relacionados com o funcionamento das unidades sanitárias mas, do ponto de vista da gravidade generalizada, não superam os do Paraíso. Por exemplo, no Centro Médico (Público) do Catambor, a maior reclamação está ligada ao gerador, dado que sempre que a energia eléctrica falha os pacientes são levados a fazer análises fora, isto é, noutros laboratórios de análises e clínicas privados. Aqui não se regista com muita frequência a falta de medicamentos na farmácia. No Wenji Maka II e no Kalawenda as farmácias dos centros e postos públicos não estão bem abastecidas mas funcionam, apesar da falta de alguns fármacos fundamentais que os pacientes são levados a comprar fora dos centros, nas farmácias privadas – e os que não têm dinheiro acabam encontrando outras soluções menos recomendáveis.

Em todos esses bairros as famílias muito pobres ou mais vulneráveis frequentam geralmente as unidades sanitárias quando a situação (doença) se agrava, e mesmo nessas circunstâncias apresentam dificuldades no que respeita à compra de fármacos, cumprir a receita médica, com o tipo de alimentação orientada e com o repouso recomendado. O corre-corre a que estas famílias se sujeitam para sobreviver e o mau funcionamento das unidades sanitárias levam-nas a afastarem-se delas, a auto-medicarem-se ou a recorrerem aos medicamentos tradicionais e a fazerem sacrifícios inesperados. Por exemplo, no Paraíso e no Wenji Maka II constatam-se alguns casos de famílias que perderam (por falecimento) membros que padeciam de febre-amarela porque não tinham meios para levá-los ao hospital; outras famílias conseguiram salvar os seus membros porque o tratamento tradicional foi eficaz e/ou conseguiram meios para os levarem ao hospital.

De acordo com um interlocutor, *“quando o posto de saúde não tem médico, as pessoas vão para os kimbandeiros. O posto aqui só tem enfermeiros e não tem parteiras”*. Com a actual crise, a situação deteriorou-se rapidamente: *“Na saúde estávamos bem até a febre amarela aparecer. Estamos numa situação má. Os óbitos aumentaram. O centro médico não dispunha de médico, nem tem espaço para as pessoas ficarem de pé!”*.

## Outros serviços

É crucial as pessoas nos bairros possuírem bilhete de identidade, por razões práticas (incluindo o acesso às escolas e facilidades médicas) e para se sentirem parte integrante da sociedade. Mais de metade dos agregados familiares (50,9%) não tem nenhum membro com bilhete de identidade. Como afirmado por uma interlocutora: *“Muita gente não está registada. Muitas crianças não estão na escola. Pais e filhos não têm documentos. Eu mesma não tenho os filhos a estudar na escola porque não tenho bilhete de identidade. Por isso estão na explicação. Não trato do bilhete de identidade porque não tenho dinheiro. Tudo é dinheiro. O registo fica longe”*. Há também sérios problemas relacionados com os serviços de infra-estrutura como a electricidade, o lixo e a água. 54,5% dos agregados familiares usam a electricidade para a iluminação (os restantes usam velas e lanternas); 91,4% usam gás para cozinhar (os restantes

usam carvão ou electricidade). Quanto à electricidade, e de um modo geral, a insuficiência da sua distribuição traz uma crescente complexidade aos problemas económicos e sociais dos diferentes bairros, contribuindo para a baixa do consumo, diminuição da capacidade de conservar os bens alimentares na arca ou na geleira, diminuição do acesso à informação (rádio/Tv), lazer, etc, e a consequente perda do poder de compra e aumento da criminalidade.

Há uma linha de distribuição de electricidade pública e uma outra linha de distribuição privada gerida por algumas agências particulares. O problema maior está, por um lado, na incapacidade técnica e administrativa (da parte das empresas) e, por outro lado, na incapacidade financeira de pagar esse serviço (da parte dos moradores). A tarifa mensal oficial determinada para alguns bairros suburbanos de Luanda, incluindo o Paraíso, vai até 3.000 Kz. Para além de dispendioso, o grande problema que leva os moradores a sentirem-se tendencialmente excluídos dado ao facto de ser necessário um “contrato” para se ter acesso à electricidade pela primeira vez. O seu custo varia entre 50.000 e 60.000 Kz, o que pesa muito para a maior parte dos moradores que não tem um rendimento mensal superior a 50 000 kwanzas.

Quando perguntámos porque preferem fazer a abertura de contrato com as agências privadas, em vez de com a ENDE<sup>29</sup>, a maioria dos entrevistados respondeu que com a ENDE o preço não seria exorbitante mas o problema estaria no excesso de burocracia:...*“perde-se muito tempo e quase não se resolve nada. Com estes vigaristas (quer dizer corruptos) é tudo muito rápido”*. No que respeita ao saneamento/lixo, 56,4% dos agregados familiares usam uma fossa séptica para o saneamento (os restantes usam latrinas tradicionais/melhoradas) e 58,7% colocam o seu lixo em contentores, enquanto os restantes o enterram no seu quintal ou lançam-no em lixeiras (o que normalmente significa locais do bairro não designados para esse fim). O lixo é visto e sentido em toda a parte e tem efeitos prejudiciais no ambiente, na saúde e no sentimento de dignidade das pessoas.

A falta ou a insuficiência dos serviços de recolha de lixo leva as famílias a adaptarem lugares impróprios como depósitos de lixo, que as administrações locais implicitamente reconhecem e com alguma irregularidade vão aliviando do excesso de lixo ou limpando para evitar consequências alarmantes. Esses lugares adaptados pelos moradores são, nomeadamente, ravinas, valas de drenagem (a céu aberto), buracos, lixeiras (espaço aberto), etc. Quando não há intervenção (limpeza) por parte de quem de direito nesses lugares, os moradores que vivem à volta desses locais fazem queimadas para diminuir o fluxo de lixo ou esperam pela caridade da chuva.

No bairro Kalawenda há um serviço de recolha de lixo precário, que funciona às vezes em alguns quarteirões. Um camião (adaptado) vai passando em alguns quarteirões ou lugares conhecidos pelas famílias que, por sua vez, depositam o lixo na carroça. Esse é um serviço que poderia ajudar a reduzir a quantidade de lixo na rua e sobretudo na “vala do angolano”. Em todos os bairros, os

---

<sup>29</sup> Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade.

nossos inquiridos que vivem ao lado da “vala do angolano” queixam-se da quantidade de lixo e água podre. Dizem que “*a vala não tem sido limpa, a grande salvação tem sido a chuva*”. Quando não chove a situação do ambiente fica muito deteriorada.

### Ilustração 17: Venda de água a retalho



Foto: Mateus Agostinho

Os problemas com a água são particularmente sublinhados pela população local e são sentidos como críticos porque afectam directamente a economia e o bem-estar dos agregados familiares pobres. A maioria dos agregados familiares depende de fontes de água fora da sua própria habitação e as pessoas pagam uma média de 9.319 kwanzas por mês (ver a Tabela). A água é recolhida dos rios à volta de Luanda e levada em camiões para a cidade para ser distribuída, sendo geralmente considerada de fraca qualidade e até perigosa para beber (Lindblom, Henrik 2013).

TABELA 26: Fonte principal de água potável

Fonte principal de água potável	Percentagem
Vizinho	23.8
Torneira em casa/no quintal	33.6
Chafariz	15.5
Tanque	15.9
Camião (cisterna)	2.5
Outra *	8.1
Em falta/Não aplicável	0.6

Fonte: LBS16. \* Principalmente 'kupapata' (ambulantes)

Para suprir as irregularidades no abastecimento de água, as famílias arranjam e/ou procuram outros serviços informais alternativos. Isto é, algumas famílias menos pobres mandam fazer um tanque subterrâneo (reservatório de água) no seu quintal e solicitam camiões cisternas para o abastecer e as outras abastecem-se de água nesses tanques, pagando 50 Kz por cada bidon (embalagem) de 20 litros. Outro serviço informal recente, muito solicitado em quase todos os bairros suburbanos de Luanda, chama-se Kupapata: *“Uma mota de três rodas transporta até 500 litros de água. O condutor vai de casa em casa vendendo água e geralmente cobra 50 Kz por cada bidon de 20 litros. Quando há muita falha no fornecimento de água, o preço sobe até 100 Kz”*.

Quando os chafarizes, onde a maioria das famílias muito pobres se abastecem de água, por favor ou pagando 10 ou 20 Kz, não estão a funcionar durante muito tempo (semanas/meses), a situação dessas famílias tende a piorar, o preço da água nos tanques subindo até 100 Kz por cada embalagem de 20 litros. Como disse um dos nossos inquiridos: *“aqui não pode faltar água, quando não há água no chafariz vamos até ao cu do boi”* (queria dizer que fazem muito sacrifício para obterem água).

Em conjunto, a escassez/fraca qualidade dos serviços públicos representam sérios constrangimentos para a vida quotidiana das pessoas e fazem com que estas se sintam marginalizadas e excluídas pelo Estado. Conforme o desabafo de uma mulher no Wenji Maka II:

*“...falta dinheiro para registar as crianças, dar-lhes saúde, comprar roupa já nem se fala”. A alternativa é pedir comida a quem a tem: família ou vizinhos - uma das mulheres, que está a pensar em regressar a Malanje, onde era camponesa, afirmou faltar-lhe apenas dinheiro para a passagem e disse - “Há crise de fome, crise de saúde, crise de trabalho, só vive bem quem trabalha. Os mercados ficam distantes. Os preços são elevados. As cantinas estão a ser assaltadas.”*

#### 4.5 Relações na comunidade

Em Luanda, a noção de “comunidade” é complexa. Muitos dos bairros foram estabelecidos recentemente, com pessoas vindas de várias zonas do país e que não têm “raízes” históricas na comunidade. Os bairros exibem também diferentes características em termos de coesão social e desigualdades.

No que respeita à organização das comunidades, elas são em princípio controladas por um “chefe de quarteirão”. O chefe reporta os problemas internos da sua zona à Comissão de Moradores. O presidente desta, por sua vez, reporta directamente para o administrador do sub-distrito (*comuna*) ou para o administrador do distrito urbano.

Na prática, os residentes ignoram geralmente o programa ou agenda do chefe de quarteirão, o seu papel como intermediário nas ligações entre a comunidade e a administração local. Estão confusos acerca da agenda política do partido, em parte porque o chefe de quarteirão e o presidente da Comissão de Moradores normalmente são também os secretários locais do MPLA ao nível da sua zona/bairro.

O chefe de quarteirão e o presidente da Comissão de Moradores não são eleitos pelos habitantes da comunidade. É a sua filiação no MPLA que determina a sua nomeação. De acordo com um dos secretários do CAP (Comité de Acção do Partido): *“Para ser chefe de quarteirão ou presidente da comissão de moradores, é necessário ser-se alguém em quem o partido confia”*. Na palavra de um residente, *“o Governo governa o Governo”*.

Deste modo, o chefe de quarteirão e o presidente da Comissão de Moradores são autênticos representantes do Partido. Na prática, exercem mais uma função de controlo (*bufo/informador*) para a Administração do Partido do que uma função de verdadeiro intermediário ou porta-voz da comunidade local com interesse nos problemas sócio-económicos e de desenvolvimento. Na realidade, os problemas da comunidade só raramente são publicamente discutidos.

Olhando mais detalhadamente para os quatro bairros/comunidades, 85% dos chefes de agregados familiares nasceram noutra área e só 15% nasceram no bairro em que residem. 69% nasceram noutras províncias (ver a Tabela), normalmente em contextos rurais. As pessoas mudaram-se para o actual bairro principalmente por causa da guerra (26,7%), à procura de melhores condições de vida (26,5%) ou para se juntarem à sua família alargada (14,6%). Embora as pessoas tentassem estabelecer-se nos bairros com pessoas da sua própria área/da sua família alargada, as diferenças de antecedentes étnicos e políticos e as histórias pessoais afectam ainda o sentimento de comunidade.

TABELA 27: Área de origem dos chefes dos agregados familiares (Percentagem)

Área de origem	Percentagem
Mesma comuna	1.0
Mesmo município	3.1
Mesma província (Luanda)	10.7
Outra província	69.1
Outro país	1.0
Não aplicável (nascido no bairro)	15.0

Fonte: LBS16

O sentido de comunidade é também afectado pela pobreza, desigualdade e luta quotidiana pela vida. A antropologia urbana Africana sobre as implicações dos constrangimentos/ opressão políticos, económicos e sociais pode, grosso modo, ser dividida em duas “escolas”: uma defende a coesão, inovação e criatividade (Nutall e Mbembe 2006, Myer 2011, Forster 2013) e a outra a defender o colapso da coesão da comunidade, uma individualização e mercantilização (commodification) das relações sociais e um nível básico de desconfiança (Davis 2005, Rakodi 1997).

No Paraíso e nos outros bairros em estudo, o que parece ter acontecido é um estreitamento do que é visto como constituindo a comunidade: embora os bairros, no seu todo, sejam vistos como grandes, voláteis e problemáticos, as pessoas relacionam-se principalmente com a vizinhança mais imediata (o quarteirão ou um número limitado de ruas) onde sabem quem são as pessoas e onde têm os seus parentes e amigos. Para muitas famílias, o seu bairro não é um bom lugar para os seus filhos crescerem<sup>30</sup>e se tivessem outras alternativas jamais estariam ali, como disseram alguns entrevistados no Paraíso: *“aqui é tudo à toa”... “não tem nada”... “é a fonte dos bandidos”... “aqui até a polícia matam”... “Depois das 18 horas ninguém mais entra no bairro”!*

Solicitado, por exemplo, a desenhar um mapa da comunidade do Wenji Maka II, um grupo focal desenhou uma delimitação esquemática composta por estradas principais para outros bairros mas focou a discussão numa área mais limitada, no centro do bairro, onde as pessoas “podem circular mais livremente” (ver a Ilustração).

Conforme reflectido no estudo, os principais problemas apontados pelas comunidades são a falta de infra-estruturas básicas (electricidade, água potável, saneamento) e de segurança (assaltos, roubos, delinquência). Todos colocam desafios imediatos à vida quotidiana das pessoas: a falta de electricidade tem implicações nas tarefas domésticas, na capacidade de estudar e na segurança; a falta de água potável é vista como um risco para a saúde e representa – conforme constatámos – uma despesa considerável para a maioria dos agregados familiares; e o lixo é visto como um risco considerável para a saúde, bem como um símbolo da pobreza e marginalização dos bairros.

---

<sup>30</sup> A não identificação com o bairro (caso de Luanda) é um aspecto interessante, e que difere de longe da percepção das famílias que vivem na mesma condição (pobreza material) no meio rural. Neste último caso, por exemplo em Kalandula (Malanje), as famílias identificam-se com o seu bairro, têm-no como parte de si, dele depende o seu trabalho (terra agrícola) e a sua história. Aqui, o mais aventureiro dos jovens sonha com Luanda, para conquistar as oportunidades (bens materiais, estudo e outras) que o seu “lugar de orgulho” não oferece; a noção de voltar à terra de orgulho (o bairro) e transformá-la (através da agricultura) é muito expressiva.

TABELA 28: Principais problemas da comunidade (Porcentagem)

Problema	Porcentagem
Falta de emprego	6.1
Assaltos/roubos	7.3
Conflitos de terra	0.4
Conflitos de água	1.7
Falta de electricidade	24.6
Falta de saneamento	2.5
Falta de água potável	19.6
Más estradas	3.1
Delinquência	12.5
Falta de policiamento	0.4
Mau saneamento	11.1
Outros*	10.0
Em falta/Não aplicável	0.6

Fonte: LBS16. \* Principalmente falta de educação, unidades sanitárias e ponte (no caso do Paraíso)

A situação da segurança parece variar um pouco entre os quatro bairros, mas está geralmente relacionada com a combinação da prevalência de crimes muitas vezes graves com a falta de policiamento – ou de polícia em quem se possa confiar. Desta forma, os tiros disparados contra três polícias no bairro do Paraíso em 2014 são vistos como marca da insegurança com que as pessoas têm de contar. As pessoas dos bairros tendem a enfatizar que o crime é principalmente exercido por pessoas de fora (o que implica que há controlo social interno dos criminosos), mas há também histórias de gangues locais e criminosos individuais que tornam insegura a vida nos bairros.

‘Rápido’ (18 anos), Daniel (23 anos), Marcolino (16 anos), Francisco (16 anos) e Cornélio (18 anos) vivem no Paraíso e resumem a situação no seu bairro da seguinte forma: realçam em primeiro lugar a difícil situação de segurança do bairro e referem os três homens atingidos mortalmente na noite antes da entrevista. Ninguém no bairro conseguiu dormir (“*todos dormiram com as cabeças quentes*”). Queixam-se também das “gangues” constituídas por “marginais” do Paraíso, bem como de outros bairros, que roubam e espancam as pessoas, incluindo a ‘Patrulha’, a ‘Chiruga’ e a ‘Zapi’. São constituídas por mais de 30 pessoas, na sua maioria rapazes, mas também algumas raparigas.

Todos os rapazes entrevistados vivem numa parte da mesma rua e argumentam que só podem confiar em pessoas que conheçam bem (*‘outras podem ir contar-lhes o que dizemos’* – e apontam na direcção da Comissão de Moradores). Lamentam também a falta de coisas para fazer/lugares para ir com que os jovens se ocupassem (*‘não há divertimento’*). Nem têm um campo de futebol e, nas competições de bairro, têm de jogar em ruas esburacadas e molhadas. O mais seguro é ficar dentro das instalações da Igreja Católica, onde jogam às damas (*‘não te irrites’*) todos os dias durante horas. As raparigas que conhecem ou ficam em casa ou *‘ficam com os marginais’*, *‘engravidam’* e têm de *‘parar de estudar’*.

Perguntando-lhes por coisas boas sobre viver no Paraíso, dizem que *‘não há boas coisas’* e acrescentam que *“tudo o que é mau vem do governo”* (*‘todo o mal cai lá no governo’*). Referem-se à população jovem local como tímida (*‘humilde’*) e não *‘rebelde’*. Há uma manifestação conformista inconscientemente sustentada e exteriorizada, sempre que perguntamos sobre os direitos à saúde, educação, emprego e outros bens materiais. Dizem eles: *“vamos fazer mais como?, já estamos acostumados com o sofrimento, só Deus é quem sabe”*.

#### Ilustração 19: Uma Cidade Dividida

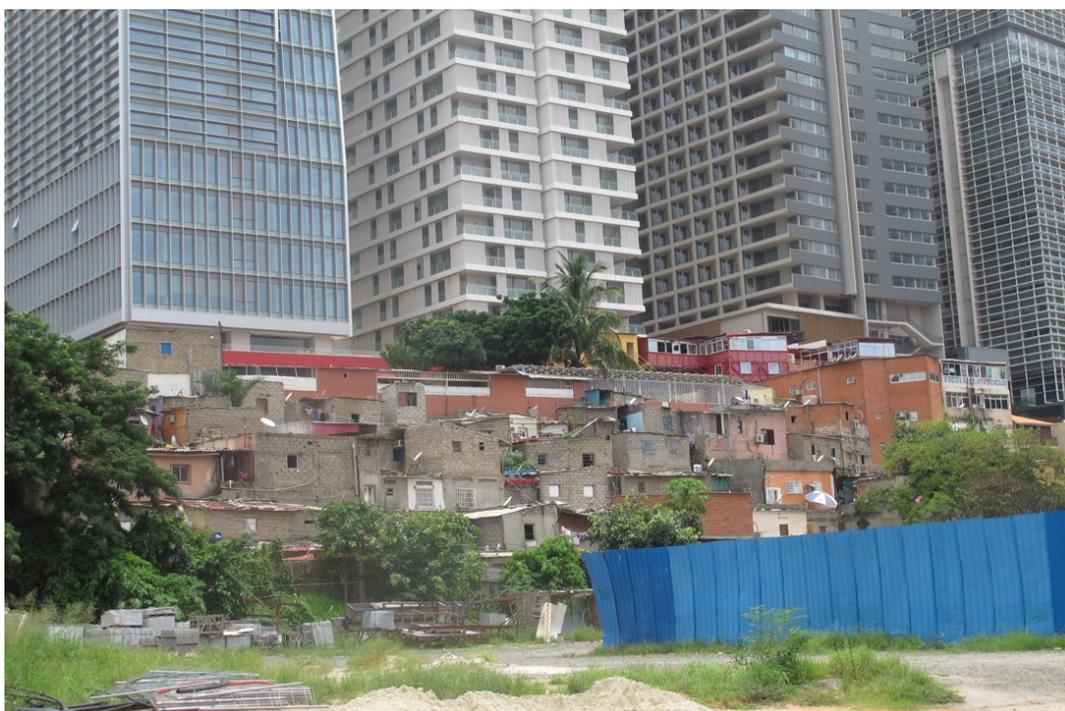


Foto: Aslak Orre

## 5 Dinâmica da pobreza urbana

### 5.1 Principais argumentos

Voltando à nossa definição de pobreza na Secção 1.3, este estudo mostrou que sobreviver nos aglomerados informais em Luanda é uma luta constante pelo emprego e rendimento, num contexto em que o acesso ao dinheiro é vital para a sobrevivência. Há escassez de oportunidades de emprego formal e entrar no mercado de trabalho depende não só das qualificações formais como também dos contactos e de pagamentos extra. Para a grande maioria, a economia informal é a única saída e é caracterizada por trabalho duro, competição feroz e rendimentos flutuantes. Ao mesmo tempo há um grande sentimento de vulnerabilidade a mudanças/choques súbitos, tanto domésticos (desintegração do agregado familiar, perda de rendimento, despesas extras com a saúde, etc.) como nas comunidades (marginalização social, falta de serviços sociais, criminalidade, etc.). Embora a maioria das pessoas reajam trabalhando ainda mais duramente para sobreviver, muitas sucumbem às circunstâncias e tornam-se dependentes ou infractores da lei.

Há também um grande sentido de não ter voz activa e de impotência em relação às instituições do estado e à sociedade. As pessoas deixaram de contar com o Estado e o Partido – generalizadamente vistos como a mesma coisa – para protecção e apoio. E a escassez de instituições públicas em funcionamento nas áreas da educação e saúde fez com que as pessoas dependam de alternativas privadas – igual e frequentemente funcionando mal – ou que desistam de mandar os filhos à escola/voltem para os serviços de saúde tradicionais.

Há diferenças entre os quatro bairros/musseques em estudo, dependendo em grande parte da história da migração e da localização em relação aos centros económicos do poder. Catambor tem uma longa história, é em grande parte constituído por ‘Luandenses’ e está localizado centralmente em relação às oportunidades de emprego e aos mercados. O Paraíso tem uma história recente e volátil de imigração no pós-guerra e outra, fica marginalmente localizado nos arredores do conglomerado urbano e é oprimido pelas autoridades. Wenji Maka II foi capaz de estabelecer um sistema de registo de terras que parece melhorar a segurança em comparação com os outros bairros. No entanto, nos quatro bairros uma parte substancial da população vive na pobreza e vulnerabilidade que em grande parte perdeu a esperança e vê poucas, se é que alguma, opções para melhorar a sua situação.

### 5.2 Expectativas futuras

Terminando este estudo com uma avaliação das expectativas que as pessoas dos quatro bairros têm em relação ao futuro, Luanda é uma das cidades mais dramáticas de África em termos da sua história, densidade populacional e desigualdade. A cidade está atualmente a passar pelo que a população chama ‘a crise’, relacionada com a recente e dramática queda das receitas do petróleo e a fraca governação, com especiais repercussões nos pobres da cidade. Há entre os agregados familiares dos quatro bairros um sentimento generalizado de que as condições se

deterioraram nos cinco anos anteriores à entrevista, embora as pessoas em Catambor e Wenji Maka II, que demonstrámos serem os bairros que se encontram em melhor situação, sejam as menos pessimistas.

TABELA 29: Mudanças no Bem-Estar do Agregado Familiar nos Últimos Cinco Anos (%)

Item	Catambor	Paraíso	Kalawenda	Wenji Maka II	Total
Melhorou	22.0	8.3	9.0	22.9	22.1
Sem alteração	17.8	31.4	18.9	20.3	15.5
Deteriorou	60.2	60.3	70.5	56.8	62.0
Em falta/Não aplicável	0.0	0.0	1.6	0.0	0.4

Fonte: LBS16

Alguns dos pobres que contactámos ao longo deste estudo exprimiram frustração e raiva pela sua condição, mas há principalmente um sentimento de terem desistido de ver melhorias substanciais e de se concentrarem em sobreviver no dia-a-dia. O emprego é visto como a forma mais importante de melhorar a situação (ver a Tabela) – tendo as pessoas a esperança de com maior rendimento conseguirem ter acesso a mais daquilo que a cidade tem para oferecer em termos de comida, habitação e serviços sociais. No entanto, com os profundos constrangimentos estruturais identificados neste estudo e a actual crise económica, é provável que as opções de mobilidade social ascendente continuem a ser, num futuro previsível, uma ilusão para os mais pobres.

TABELA 30: Área em que o agregado familiar gostaria de ver mudanças nos próximos 5 anos (%)

Item	Catambor	Paraíso	Kalawenda	Wenji Maka II	Total
Emprego	32.2	38.0	43.4	47.5	40.3
Educação	7.6	6.6	6.6	11.9	8.1
Saúde	14.4	14.9	13.9	14.4	14.4
Produção agrícola	1.7	1.7	0.0	0.8	1.0
Habitação	19.5	9.1	9.0	9.3	11.7
Estradas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Bens materiais	8.5	6.6	11.5	3.4	7.5
Outras*	12.7	21.5	12.3	9.3	14.0
Nenhuma	3.4	1.7	2.5	3.4	2.7
Em falta/Não aplicável	0.0	0.0	0.8	0.0	0.2

Fonte: LBS16

## Lista de literatura

- Addison, Tony, D. Hulme and R. Kanbur (2009). *Poverty Dynamics Interdisciplinary Perspectives*. Oxford: Oxford University Press.
- Amaral, Ilídio (1983). “Luanda e os seus muceques: problemas de geografia urbana” In: Finisterra, XVIII, 36, Lisboa, pp. 293-325.
- Andrade, H. D. P. d. (1994). *Women, Poverty and the Informal Sector in Luanda's Peri-Urban Areas*. Luanda: Development Workshop.
- ASDI (2000). *Uma Igualdade entre Mulheres e Homens em Angola. Um Perfil das Relações de Género*. Luanda: Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.
- Bank, Leslie. 2015. “City Slums, Rural Homesteads: Migrant Culture, Displaced Urbanism and the Citizenship of the Serviced House.” *Journal of Southern African Studies* 41 (5): 1067–1081.
- Bettencourt, Andrea (2011). *Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas. Os Musseques de Luanda. Mestrado Integrado em Arquitectura*. Lisboa: Universidade Técnica.
- Boeck, Filip de (2011). “Inhabiting Ocular Ground: Kinshasa's Future in the Light of Congo's Spectral Urban Politics.” In: *Cultural Anthropology* Vol. 26(2) pp.263-286.
- Bourdieu, Pierre (1990). *The logic of practice*. Stanford: Stanford University Press.
- Cain, Allan (2013). “Luanda's Post-War Land Markets: Reducing Poverty by Promoting Exclusion.” In: *Urban Forum* Vol. 24 pp.11-31.
- Cain, Allan (2014). “African Urban Fantasies: Past Lessons and Emerging Realities.” In: *Environment and Urbanisation*. Vol. 26(2) pp.1-7.
- Cain, Allan (2015). *Climate Change and Land Markets in Coastal Cities of Angola. 2015 World Bank Conference on Land and Poverty*. Washington DC, March 23-27 2015.
- Cain, Allan, Mary Daly and Paul Robson (n.d.). *Basic Service Provision for the Urban Poor: The Experience of Development Workshop in Angola. IIED Working Paper Series on Poverty Reduction in Urban Areas. Volume 8*. London: International Institute for Environment and Development.
- Calundungo, S. (2009). “Civil Society, Politics and Poverty Eradication in Angola: Two Contrasting Perspectives”. In: V. Vidal and P. Chabal (eds.) *Southern Africa: Civil Society, Politics and Donor Strategies. Angola and its Neighbours South Africa, Namibia, Mozambique, Democratic Republic of Congo and Zimbabwe*. Lisbon: Media XXI & Firmamento.
- Campos, Paulo (2010). *Eo Rio Kwanza Criou a Mulher... Narrativas em Homenagem às Mulheres Angolanas*. Luanda: Kilombelombe.
- Carvalho, Maria Leonor da Silva, Marcos Olímpico dos Santos and Joaquim Caeiro (2011). *Actas do Segundo Encontro em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural Luso-Angolano*. Luanda: Universidade Metodista de Angola.
- Carvalho, R.D. d. (1989). *Ana a Manda. Os Filhos da Rede*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- CEIC (2006). *VIH/SIDA, Discriminação, Exclusão e Pobreza (RAAAP - Angola)*. Luanda: Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica.
- Çinar, Alev and Thomas Bender (eds.) (2007). *Urban imaginaries. Locating the modern city* Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Cole, Bankole and Adelino Chipaca (2014). “Juvenile Delinquency in Angola.” In: *Criminology and Criminal Justice* Vol. 14(1) pp.61-76.
- Cornelio, Filomena (2005). *Scavenger Study. Luanda, Angola*. Luanda: Development Workshop.
- Croese, Sylvia (2016). *Urban Governance and turning African Cities Around: Luanda Case Study. PASGR Working Paper 018*. Nairobi, Kenya: Partnership for African Social & Governance Research.
- Croese, Sylvia and Anne M. Pitcher (2013). *Politics, Policy and Housing Provision in Luanda, Angola. Social Science Research Network*. <http://ssrn.com/abstract=2357108>.
- Davis, Mike (2005). *The Planet of Slums*. London: Verso.
- da Silva, Osvaldo Sebastião (2014). *As Marcas de Violência. Uma Leitura de Estação das Chuvas de José Eduardo Agualusa e Maio, Mês de Maria, de Boaventura Cardoso*. Tese de Mestrado. Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- de Carvalho, Paulo (2008). *Exclusão Social em Angola. O Caso dos Deficientes Físicos de Luanda*. Luanda: Kilombelombe.
- de Carvalho, Paulo (2010). “Gangues de Rua em Luanda. De Passatempo a Delinquência.” In: *Sociologia, Problemas e Práticas* Vol. 63 pp.71-90.

- de Oliveira, Soares (2013). "O Governo Está Aqui': Post-War State-Making in the Angolan Periphery." In: *Politique Africaine* Vol. 2(130).
- de Oliveira, Soares (2015). *Magnificent and Beggar Land - Angola Since the Civil War*. Oxford: Oxford University Press.
- der Winden, Victor (1995). *Survival and Development in Post-War Angola: A Family of the musseque*. Oxford: World View Publishing.
- EU (2015). *Diagnóstico de Género de Angola*. Luanda: European Union.
- Faria, Paulo C.J. (2013). *The Post-War Angola: Public Sphere, Political Regime, and Democracy*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- Forster, Till (2013). "On Urbanity: Creativity and Emancipation in Africa urban life" in *Living the city in Africa*. Processes of invention and intervention, Zuriq: Lit Verlag, pp. 235-251.
- Fortuna, Cláudio dos Anjos Ramos (2010). *As Heterotopias de Luanda: Caso do Bairro Rocha Pinto. Tese para obtenção do Grau de Licenciado em Antropologia*. Luanda: Universidade Agostinho Neto, Faculdade de Letras e Ciências Sociais
- Gastrow, Claudia (2014). *Negotiated Settlements: Housing and the Aesthetics of Citizenship in Luanda*. PhD Dissertation. Chicago: University of Chicago, Department of Anthropology.
- Gastrow, Claudia (2017). "Aesthetic Dissent: Urban Redevelopment and Political Belonging in Luanda, Angola." In: *Antipode* Vol. 49(2) pp.377-396.
- Gastrow, Claudia (2017). "Cement Citizens: Housing, Demolition and Political Belonging in Luanda, Angola." In: *Citizenship Studies* Vol. 21(2) pp.224-239.
- GdA/MdP (2005). *Estratégia de Combate de Pobreza do Governo de Angola*. Luanda: Governo de Angola/ Ministério do Planeamento.
- GdA/MdP (2008). *Plano de Desenvolvimento Sustentável de Angola até 2025*. Luanda: Governo de Angola/ Ministério do Planeamento.
- Hickey, Sam and Andries du Toit (2013). "Adverse Incorporation, Social Exclusion, and Chronic Poverty". London: Palgrave Macmillan.
- INE (1998). *MICS I. Inquérito e Indicadores Múltiplos*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2003). *Household Income and Expenditure Survey, IDR*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2003). *MICS II. Multiple Indicator Cluster Survey. Assessing the Situation of Angolan Children and Women at the Beginning of the Millennium*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística and United Nation Children Fund.
- INE (2011). *Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População, IBEP. Relatório de Tabelas, Vol. II*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2011). *The Joint MICS/Household Incomes Expenditure Survey, Vol. 1*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2013). *Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População, IBEP. Relatório - Vol. III. Perfil da Pobreza*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2014). *Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2016). *Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola 2014. Resultados Definitivos*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2016). *Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola 2014. Resultados Definitivos. Província de Luanda*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
- Inglês, Paulo Jorge Quiteque (2016). *Reconfiguração Social em Angola: Ordem Local e Quotidiano Pós-Conflito. Escola de Sociologia e Políticas Públicas*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE - IUL). Doutor em Estudos Africanos.
- Isaksen, Jan, I. Tvedten and P. Ilinga (2006). *Experiences and Institutional Capacity for Poverty and Income Distribution Analysis in Angola. CMI Report R 2006: 19*. Bergen: Chr. Michelsen Institute.
- Jenkins, Paul, Paul Robson and Allan Cain (2002). "Local Responses to Globalisation and Peripheralization in Luanda, Angola." In: *Environment&Urbanization* Vol. 14(1).
- Jenkins, Paul, Paul Robson and Allan Cain (2010). *Luanda City Profile*. Luanda: Development Workshop.
- Kamete, Amin Y. (2013). "On Handling Urban Informality in Southern Africa." In: *Geografiska Analer, Series B, Human Geography* Vol. 95(1) pp.17-31.
- Kanbur, Ravi and P. Schaffer (2007). "Epistemology, Normative Theory and Poverty Analysis: Implications for Q-Squared in Practice." In: *World Development* Vol. Vol. 35(2) pp.183-196.
- Lindblom, Henrik (2010). *Tilgang til vann gjennom det uformelle vannforsyningssystemet i Luanda, Angola*. Master Thesis in Geography. Bergen: University of Bergen

- Lopes, Carlos Manuel (2008). “Mercado Roque Santeiro: en el corazón de la economía informal de Luanda” In: Nova Africa, nº 22, pp. 7-29.
- Lopes, Carlos Manuel (n.d.). *What Effects From Peace in Reducing Poverty? A Perspective from Empirical Records Colected in the Cities of Huambo and Luanda*. Luanda: Development Workshop, DW.
- Lund, Christian (2006). “Twilight Institutions: Public Authority and Local Politics in Africa”. In: *Development and Change* 37 (4) pp. 685-705.
- Martins, Maria João (2014). *Luanda. Invenção de uma capital*. Lisboa: Gato do Bosque Editores.
- Melo, André Joaquim (n.d.). *Regresso a Uma Vida Melhor: A Integração dos Ex-Refugiados Angolanos Após o Seu Regresso a Angola*. Luanda: Development Workshop.
- Melo, Vanessa de Pacheco (2016). “The Production of Urban Peripheries for and by Low-Income Populations at the Turn of the Millennium: Maputo, Luanda, Johannesburg.” In: *Journal of Southern African Studies* Vol. 42(4) pp.619-641.
- Mendelsohn, Martin (2015). *Space, Place and Belonging: Informal Trading in and around Congolences Market, Luanda, Angola*. Masters Thesis. Department of City and Regional Planning. Cape Town: University of Cape Town.
- Meneses, Maria Paula, A.M. Cardoso, A.K. Menezes, et al. (n.d.). “Luanda: As comissões de moradores e a participação popular na gestão da vida urbana”. In: M. P. Meneses and J. Lopes (eds.) *O Direito Por Fora do Direito: As Instâncias Extra-Judiciais de Resolução de Conflitos em Luanda - Luanda e Justiça: Pluralismo jurídico numa sociedade em transformação, Volume III*. Luanda: Almedina.
- Milheiros, Mário (1967). *Notas de Etnografia Angolana*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.
- Moore, Henrietta L. (1994). *A passion for difference. Essays in anthropology and gender*. Oxford: Polity Press.
- Myers, G. (2011). *African Cities: Alternative Visions of Urban Theory and Practice*. London: Zed Books.
- Nangacovie, Emiliania M. N. (2013). *Políticas Públicas e Direito Humano à Habitação em Angola no Pós-Guerra. Tese de Mestrado/Pós-Graduação. Centro de Ciências Jurídicas-CCJ: Universidade Federal da Paraíba-UFBP*.
- Newitt, Malyn (2007). “Angola in Historical Context”. In: In, P. Chabal and N. V. (ed.) (eds.) *Angola: The Weight of History*. London: Hurst & Company, pp.19 – 92.
- Nonini, Donald M. (ed.) (2014). *A Companion to Urban Anthropology*. Malden, MA: Wiley Blackwell.
- Nutall, Sarah and Achille Mbembe (eds.) (2008). *Johannesburg. The Elusive Metropolis*. Durham and London: Duke University Press.
- Oliveira, Sílvia de (2012). “Modos da Vida da Pobreza em Angola.” In: *Revista Angolana de Sociologia* Vol. 9 pp.125-134.
- Ortner, Sherry (2006). *Anthropology and Social Theory. Culture, Power and the Acting Subject*. Los Angeles: UCLA University Press.
- Pacheco, Fernando (2009). “Civil Society in Angola: Fiction or Agent of Change?”. In: N. Vidal and Chabal (eds.) *Southern Africa: Civil Society, Politics and Donor Strategies. Angola and its Neighbours South Africa, Namibia, Mozambique, Democratic Republic of Congo and Zimbabwe*. Lisbon: Media XXI & Firmamento.
- Pestana, N. (2005). “Abordagem Metodológica das Classes Sociais em Angola.” In: *Lucere. Revista Académica da UCAN*.
- Raposo, Isabel Simões, Sílvia Jorge, Sílvia Viegas, et al. (2012). “Luanda e Maputo: Inflexões Suburbanistas da Cidade Socialista à Cidade-Metrópole Neoliberal.” In: *Revista Brasileira de Gestão Urbana* Vol. 4(2) pp.189-205.
- Rakodi, Carole (ed.) (1997). *The Urban Challenge in Africa: Growth and Management in its Large Cities (Mega Cities)*. Washington: Brookings Institution Press
- RdA (2003). *Estratégia de Combate à Pobreza. Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica*. Luanda: República de Angola/Ministério do Planeamento.
- RdA (2015). *Relatório sobre os objectivos de desenvolvimento do milénio 2015*. Luanda: República de Angola.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2016). “LiteraryVoices of Luanda and Maputo: A Struggle for the City.” In: *Journal of Lusophone Studies* Vol. 1 pp.88-106.
- RoA (2001). *Angola: Profile of Poverty. Analysis from the Full Year Data from the Household Budget Survey 2000-2001*. Luanda: Republic of Angola.
- Robson, P (2001). “Communities and Community Institutions in Luanda, Angola”. In: A. Tostensen, I. Tvedten and M. Vaa (eds.) *African Cities: Popular Responses to the Urban Crisis*. Uppsala: Nordic Africa Institute.
- Robson, P. and S. Roque (2001). *Here in the City There is Nothing Left Over for a Helping Hand*. Luanda: Development Workshop.

- Rodrigues, Cristina Udelsman (2003). *Recomposição Social e Urbanização em Luanda*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos/ISCTE.
- Rodrigues, Cristina Udelsman (2012). "Pobreza em Angola: Efeito da Guerra, Efeitos da Paz." In: *Revista Angolana de Sociologia* Vol. 9 pp.113-123.
- Rodrigues, Cristina Udelsmann (2016). "Between the City Lights and the Shade of Exclusion: Post-War Accelerated Urban Transformation of Luanda, Angola." In: *Urban Forum* Vol. 27 pp.129-147.
- Roque, Sandra (2009). *Ambitions of Cidade.War-Displacement and Concepts of the Urban Among Bairro Residents in Benguela, Angola*. PhD Thesis. Department of Social Anthropology. Cape Town: University of Cape Town.
- Roque, Sandra (2011). "*Cidade and bairro: Classification, Constitution and Experience of Urban Space in Angola*." In: *Social Dynamics* Vol. 37(3) pp.332-348.
- Roque, Sandra and A. Shankland (2007). "Participation, Mutation and Political Transition: New Democratic Spaces in Peri-Urban Angola". In: A. Cornwall and V. S. Coelho (eds.) *Spaces for Change? The Politics of Citizen Participation Spaces in New Democratic Arenas*. London & New York: Zed Books, pp.202-226.
- Santos, Daniel dos (2015). "Encontro entre pobreza e moral em Luanda. Urbanização, direitos e violência." In: *Revista Sociedade e Estado* Vol. 30(11) pp.99-122.
- Sassa, Eduardo Vundo (2014). *Investigating the effects of women's economic empowerment on family stability in Angola: A case study of women Kixi-crédito beneficiaries in Cazenga Municipality*. Thesis, Development Studies. Nairobi: St. Paul's University.
- Simone, A. (2004). *For the City yet to Come: Changing African Life in Four Cities*. Durham: Duke University Press.
- Tomás, António Andrade. (2012). *Refracted Governmentality: Space, Politics, and Social Structure in Contemporary Luanda*. Unpublished dissertation. Columbia University.
- Tvedten, Inge (1997). *Angola. Struggle for Peace and Reconstruction*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- Tvedten, Inge (2011). *Reality Checks Mozambique. Report on Approach and Methodologies*. Maputo: Embassy of Sweden.
- Tvedten, Inge, Gilson Lázaro, Eyolf Jul-Larsen, et al. (2017). *Rural Poverty in Malanje, Angola.CMI Report Number 1, May 2017*. Bergen, Norway: Chr. Michelsen Institute.
- Tvedten, Inge, Minna Tuominen and Carmeliza Rosário (2016). *Reality Checks Mozambique 2011-2016. Final Report*. Stockholm: Swedish International Development Cooperation Agency.
- UCAN/CEIC (2016). *Relatório Económico de Angola*. Luanda: Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica.
- UCAN/CEIC (2018). *Relatório Social de Angola 2016*. Luanda: Universidade Católica de Angola/ Centro de Estudos e Investigação Científica.
- UNDP (2017). *Human Development Report 2017. 'Human Development for Everyone'*. Washington: United Nations Development Programme.
- UNICEF (2015). *Situation Analysis. Children and Women in Angola*. Luanda: UNICEF.
- van der Winden, B., Ed. (1997). *Survival and Development in Post-War Angola. A Family of the Musseque*. London: One World Action.
- Van-Dunem, José Octávio Serra (1998). *Uma Breve Abordagem sobre Pobreza e Trabalho: O Caso de Luanda (1990-1997)*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- Van-Dúnem, José Octávio Serra (2008). *Fundos Sociais: Um Colírio no Combate à Pobreza? Um Estudo de Caso do Fundo de Apoio Social no Município de Viana Luanda: Kilombelombe*.
- Various, Ed. (2000). *Etnográfica. Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*. Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Social.
- Various, Ed. (2001). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- Venância, Joana (2015). "Informality as an important feature of Luanda's urban process. A close look at bairro Prenda". In: A. Afonso (ed.) *Informality and Urbanisation in African Contexts: Analysing Economic and Social Impacts*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- Vidal, Nuno and Justino Pinto de Andrade (2011). *Economia Política e Desenvolvimento em Angola*. Coimbra: CES - Universidade de Coimbra.
- Viegas, Sílvia Leiria (n.d.). *Urbanization in Luanda: Geopolitical Framework. A Socio-Territorial Analysis*. Paper presented at the 15th International Planning History Society Conference.
- Vines, Alex (2016). "Continuity and change in Angola: insights from modern history." In: *International Affairs* Vol. 92(5) pp.1229-1237.

- Wacquant, Loic J.D (1992). "Towards a Social Praxeology: The Structure and Logic of Bourdieu's Sociology". In: P. Bourdieu and L. J. D. Wacquant (eds.) *An Invitation to Reflexive Sociology*. London: Polity Press.
- Waldorf, Pétur (2014). *The Informal City: Candonga, Governmentality and Corruption in Post-Conflict Luanda*. Department of Anthropology. Montreal: OcBill. Vol. PhD.
- Waldorf, Pétur (2016). "The law is not for the poor': Land, law and eviction in Luanda." In: *Singapore Journal of Tropical Geography* Vol. 37 pp.363-377.
- World Bank (2016). *Republic of Angola. Poverty and Social Impact Analysis*. Luanda: World Bank.
- World Bank (2017). *World Development Report 2017. Governance and the Law*. Washington: World Bank.

A capital de Angola, Luanda, é uma cidade com fortes desigualdades e contrastes. Embora ofereça oportunidades e riqueza para uns poucos, as pessoas que vivem nos musseques informais estão efectivamente encurraladas na pobreza pelas suas limitadas oportunidades de rendimento e deficiências materiais; fragilização em relação às instituições do estado e à sociedade; e vulnerabilidade perante choques adversos como a perda súbita de emprego, a doença e o crime. Este relatório constitui parte do programa de investigação em curso “Cooperação na Investigação e Desenvolvimento em Angola” entre o Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Luanda em Angola, e o Chr. Michelsen Institute (CMI) em Bergen.



CEIC  
(Centro de Estudos e  
Investigação Científica  
da Universidade Católica de  
Angola)

Tel: +244 922 280 541  
+244 916 043 345  
E-mail: [administration@ceic-ucan.org](mailto:administration@ceic-ucan.org)  
[www.ceic-ucan.org](http://www.ceic-ucan.org)

Localização: Avenida Pedro de  
Castro Van Dúnem Loy 24, Bairro  
Palanca, Município do Kilamba-Kiaki,  
Caixa Postal 2064, Luanda, Angola



CMI  
(Chr. Michelsen Institute)

Phone: +47 47 93 80 00  
Fax: +47 55 31 03 13  
E-mail: [cmi@cmi.no](mailto:cmi@cmi.no)  
[www.cmi.no](http://www.cmi.no)

P.O. Box 6033,  
N-5892 Bergen, Norway  
Visiting address:  
Jekteviksbakken 31, Bergen

